

OKNO Agency

Тимчасовий захист у Португалії: повна історія продовжень

OKNO Agency · комплект в одному PDF · версія від 2026-07-21

Зміст

- › Хронологія продовжень
- › Чинний акт і переклад
- › (EU) 2022/382 — Переклад
- › 2001/55/EC — Переклад
- › Контакти OKNO Agency

Хронологія продовжень

01.03.2022	Португалія оформила національний режим
04.03.2022	Режим тимчасового захисту активовано
19.10.2023	Продовження на наступний період
25.06.2024	Продовження до 4 березня 2026 року
15.07.2025	Продовження до 4 березня 2027 року
12.03.2026	Португалія продовжила титули до 4 березня 2027 року
26.06.2026	Комісія запропонувала продовження до 2028 року
15.07.2026	Країни ЄС політично погодили продовження до 2028 року

Чинний акт і переклад

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-A/2026**

Sumário: Aprova a prorrogação da validade dos títulos de proteção temporária concedidos a favor de pessoas deslocadas da Ucrânia.

A Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, veio estabelecer o regime de concessão de proteção temporária no caso de afluxo maciço de pessoas deslocadas de países terceiros, impossibilitadas de regressar, em curto prazo, ao seu país de origem, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2001/55/CE, do Conselho, de 20 de julho de 2001.

A 4 de março de 2022, a proteção temporária foi ativada pelo Conselho da União Europeia, através da Decisão de Execução (UE) 2022/382, em consequência da guerra vivida na Ucrânia após a invasão russa do seu território, tendo sido declarada a existência de um afluxo maciço de pessoas deslocadas da Ucrânia na aceção do disposto na Diretiva n.º 2001/55/CE, que teve por efeito a aplicação do regime da proteção temporária aos cidadãos deslocados da Ucrânia.

Uma vez esgotadas as possibilidades legais de prorrogação deste regime ao nível nacional, tendo em conta os termos da Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 41/2023, de 2 de junho, tornou-se necessário alterar este diploma, por intermédio da Lei n.º 20-A/2025, de 26 de fevereiro, para permitir o cumprimento da Decisão de Execução (UE) 2024/1836, do Conselho, de 25 de junho de 2024.

Assim, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2025, de 17 de março, o Governo Português prorrogou a validade dos títulos de proteção temporária concedidos às pessoas deslocadas da Ucrânia, até 4 de março de 2026.

Considerando que se mantêm as circunstâncias excecionais que justificaram a ativação da proteção temporária, designadamente a persistência da agressão militar contra a Ucrânia e a consequente manutenção de um elevado número de pessoas deslocadas na União Europeia que beneficiam desse regime, o Conselho da União Europeia aprovou, através da Decisão de Execução (UE) 2025/1460, de 15 de julho de 2025, a prorrogação da proteção temporária introduzida pela Decisão de Execução (UE) 2022/382, até 4 de março de 2027.

Em conformidade com a decisão do Conselho da União Europeia e ao abrigo do regime estabelecido pela Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, na sua redação atual, importa proceder à prorrogação da validade dos títulos de proteção temporária concedidos pelo Estado Português às pessoas deslocadas da Ucrânia, até 4 de março de 2027.

Assim:

Nos termos do n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, na sua redação atual, e da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Prorrogar a validade dos títulos de proteção temporária concedidos ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2022, de 1 de março, na sua redação atual, até 4 de março de 2027.

2 — Estabelecer que a presente resolução produz efeitos a 5 de março de 2026.

Presidência do Conselho de Ministros, 12 de março de 2026. — O Primeiro-Ministro, Luís Montenegro.

119948006

Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-A/2026, de 12 de março

Документ	Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-A/2026, de 12 de março
Номер	RCM n.º 53-A/2026
Дата	2026-03-12
Орган	Presidência do Conselho de Ministros (Portugal)
Мова перекладу	Переклад українською

Затверджує продовження строку дії титулів тимчасового захисту, наданих особам,

переміщеним з України. ЧИННИЙ АКТ ПОРТУГАЛІЇ. Відповідно до пункту 2 статті 7 Закону № 67/2003 від 23 серпня, у чинній редакції, та підпункту

g) статті 199 Конституції Рада міністрів ухвалює:

1 — Продовжити строк дії титулів тимчасового захисту, наданих на підставі Резолюції Ради міністрів № 29-A/2022 від 1 березня, у чинній редакції, до 4 березня 2027 року.

2 — Встановити, що ця резолюція набирає чинності (має юридичні наслідки) з 5 березня 2026 року.

Президія Ради міністрів, 12 березня 2026 року. — Прем'єр-міністр, Луїш Монтенегру.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2025**

Sumário: Aprova a prorrogação da validade dos títulos de proteção temporária concedidos a favor de pessoas deslocadas da Ucrânia.

A Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, veio estabelecer o regime de concessão de proteção temporária no caso de afluxo maciço de pessoas deslocadas de países terceiros, impossibilitadas de regressar, em curto prazo, ao seu país de origem, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2001/55/CE, do Conselho, de 20 de julho.

A proteção temporária permite conceder uma proteção imediata e acesso a um conjunto harmonizado de direitos, numa situação de afluxo maciço de pessoas para a União Europeia.

A 4 de março de 2022, a proteção temporária foi ativada pelo Conselho da União Europeia através da Decisão de Execução (UE) 2022/382, em consequência da guerra vivida na Ucrânia após a invasão russa do seu território, tendo sido declarada a existência de um afluxo maciço de pessoas deslocadas da Ucrânia na aceção do disposto na Diretiva 2001/55/CE, que teve por efeito aplicar o regime da proteção temporária aos cidadãos deslocados da Ucrânia.

Nesta circunstância, tendo concluído que o elevado número de pessoas deslocadas na União que beneficiam de proteção temporária não deverá diminuir enquanto durar a guerra contra a Ucrânia, e que subsistem as razões para renovar a mencionada proteção temporária, o Conselho da União Europeia aprovou, através da Decisão de Execução (UE) 2024/1836, de 25 de junho de 2024, a prorrogação da proteção temporária introduzida pela Decisão de Execução (UE) 2022/382, até março de 2026.

Paralelamente, através da aprovação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2022, de 1 de março, que tem por base a Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, Portugal definiu os critérios e o procedimento de atribuição automática de proteção temporária aos cidadãos nacionais da Ucrânia e seus familiares, pelo período de um ano, bem como dos números de segurança social, de identificação fiscal e de utente do Serviço Nacional de Saúde.

Uma vez esgotadas as possibilidades legais de prorrogação deste regime ao nível nacional, tendo em conta os termos da Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 41/2023, de 2 de junho, tornou-se necessário alterar este diploma, por intermédio da Lei n.º 20-A/2025, de 26 de fevereiro, para permitir o cumprimento da Decisão de Execução (UE) 2024/1836, do Conselho, de 25 de junho de 2024.

Nestes termos, e uma vez realizada a alteração legislativa referida, é agora necessário proceder a nova prorrogação da validade dos títulos de proteção temporária concedidos pelo Estado português às pessoas deslocadas da Ucrânia.

Assim:

Nos termos do n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, na sua redação atual, e da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Prorrogar a validade dos títulos de proteção temporária concedidos ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2022, de 1 de março, na sua redação atual, até 4 de março de 2026.

2 — Estabelecer que a presente resolução produz efeitos a 1 de março de 2025.

Presidência do Conselho de Ministros, 7 de março de 2025. — O Primeiro-Ministro, Luís Montenegro.

118813339

Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2025, de 17 de março

Документ	Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2025, de 17 de março
Номер	RCM n.º 47/2025
Дата	2025-03-17
Орган	Presidência do Conselho de Ministros (Portugal)
Мова перекладу	Переклад українською

ministros/47-2025-911089437

Затверджує продовження строку дії титулів тимчасового захисту, наданих особам, переміщеним з України. Відповідно до пункту 2 статті 7 Закону № 67/2003 від 23 серпня, у чинній редакції, та підпункту

g) статті 199 Конституції Рада міністрів ухвалює:

1 — Продовжити строк дії титулів тимчасового захисту, наданих на підставі Резолюції Ради міністрів № 29-A/2022 від 1 березня, у чинній редакції, до 4 березня 2026 року.

2 — Встановити, що ця резолюція набирає чинності (має юридичні наслідки) з 1 березня 2025 року.

Президія Ради міністрів, 7 березня 2025 року. — Прем'єр-міністр, Луїш Монтенегру.

Переклад підготовлено OKNO Agency · RCM n.º 47/2025 · Переклад українською · версія від 2026-07-21

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**Resolução do Conselho de Ministros n.º 178/2024**

Sumário: Aprova a prorrogação da validade dos títulos de proteção temporária concedidos a favor de pessoas deslocadas da Ucrânia ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2022, de 1 de março.

A proteção temporária concede uma proteção imediata e acesso a um conjunto harmonizado de direitos numa situação de afluxo maciço de pessoas para a União Europeia, tendo sido ativada em consequência da guerra vivida em território ucraniano depois da invasão russa do seu território.

A prorrogação da vigência da proteção temporária ao nível da União Europeia, até março de 2026, foi aprovada pela Decisão de Execução (UE) 2024/1836, do Conselho, de 25 de junho de 2024.

Considerando que o elevado número de pessoas deslocadas na União Europeia que beneficiam de proteção temporária não deverá diminuir enquanto durar a agressão russa contra a Ucrânia, é necessário prorrogar a validade dos títulos de proteção temporária das pessoas que atualmente beneficiam desta proteção no território nacional.

Através da aprovação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2022, de 1 de março, que tem por base a Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, Portugal definiu os critérios e o procedimento de atribuição automática de proteção temporária aos cidadãos nacionais da Ucrânia e seus familiares, pelo período de um ano, bem como dos números de segurança social, de identificação fiscal e de utente do Serviço Nacional de Saúde.

O n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, na sua redação atual, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2001/55/CE, do Conselho, de 20 de julho, prevê a possibilidade de prorrogação dos títulos de residência concedidos nesses termos, por períodos de seis meses, até ao limite de um ano. Por sua vez, o n.º 2 do mesmo artigo permite uma nova prorrogação, com o limite máximo de um ano, para além dos limites referidos no n.º 1, com fundamento na subsistência das razões que justificam a manutenção da proteção temporária, reconhecida por decisão do Conselho da União Europeia.

Assim, após duas prorrogações dos títulos de proteção temporária concedidos a pessoas deslocadas da Ucrânia, pelo período de seis meses, operadas pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 22-D/2023, de 13 de março, e 120/2023, de 9 de outubro, só seria possível proceder a novas prorrogações dentro do limite de um ano.

Em fevereiro de 2024, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2024, de 29 de fevereiro, o Governo prorrogou a validade dos títulos de proteção temporária concedidos a pessoas deslocadas da Ucrânia, não pelo período de um ano, mas por um período de 10 meses, que termina a 31 de dezembro de 2024.

Face ao exposto, e sem prejuízo da necessidade verificada de revisão das limitações à prorrogação da proteção temporária, impostas pela Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, na sua redação atual, entende o Governo ser necessário, acompanhando a Decisão de Execução (UE) 2024/1836, do Conselho, de 25 de junho de 2024, determinar nova prorrogação da proteção temporária, dentro dos limites previstos na lei.

Assim:

Nos termos do n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, na sua redação atual, e da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Prorrogar a validade dos títulos de proteção temporária concedidos ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2022, de 1 de março, na sua redação atual, até 1 de março de 2025.

2 — Estabelecer que a presente resolução produz efeitos a 31 de dezembro de 2024.

Presidência do Conselho de Ministros, 22 de novembro de 2024. — O Primeiro-Ministro, Luís Montenegro.

118414957

Resolução do Conselho de Ministros n.º 178/2024, de 5 de dezembro

Документ	Resolução do Conselho de Ministros n.º 178/2024, de 5 de dezembro
Номер	RCM n.º 178/2024
Дата	2024-12-05
Орган	Presidência do Conselho de Ministros (Portugal)
Мова перекладу	Переклад українською

ministros/178-2024-898989648

Затверджує продовження строку дії титулів тимчасового захисту, наданих особам, переміщеним з України. Відповідно до пункту 2 статті 7 Закону № 67/2003 від 23 серпня, у чинній редакції, та підпункту

g) статті 199 Конституції Рада міністрів ухвалює:

- 1 — Продовжити строк дії титулів тимчасового захисту, наданих на підставі Резолюції Ради міністрів № 29-A/2022 від 1 березня, у чинній редакції, до 1 березня 2025 року.
- 2 — Встановити, що ця резолюція набирає чинності (має юридичні наслідки) з 31 грудня 2024 року.

Президія Ради міністрів, 22 листопада 2024 року. — Прем'єр-міністр, Луїш Монтенегру.

Переклад підготовлено OKNO Agency · RCM n.º 178/2024 · Переклад українською · версія від 2026-07-21



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2024

Sumário: Prorroga a validade dos títulos de proteção temporária concedidos a pessoas deslocadas da Ucrânia.

Considerando que a Lei n.º 73/2021, de 12 de novembro, aprovou a reestruturação do sistema português de controlo de fronteiras, procedendo à reformulação do regime das forças e serviços que exercem a atividade de segurança interna e fixando outras regras de reafetação de competências e recursos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), veio prever a concentração das funções policiais nas forças e serviços de segurança enquanto órgãos de polícia criminal, e as funções administrativas, designadamente a matéria das autorizações de residência e do asilo, a cargo da Agência para a Integração, Migrações e Asilo I. P. (AIMA, I. P.).

Importa, assim, adaptar as matérias relacionadas com o exercício das atribuições do extinto SEF pela AIMA, I. P.

Por outro lado, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2022, de 1 de março, alterada pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 29-D/2022, de 11 de março, 135/2022, de 28 de dezembro, e 22-D/2023, de 13 de março, Portugal definiu os critérios e o procedimento de atribuição de proteção temporária aos refugiados da Ucrânia, com a atribuição automática de autorização de residência, pelo período de um ano, bem como dos números de segurança social, de identificação fiscal e de utente do Serviço Nacional de Saúde.

A referida resolução concede proteção temporária aos cidadãos que cumpram os requisitos previstos no seu n.º 1. Por seu turno, nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2001/55/CE, do Conselho, de 20 de julho, prevê-se a possibilidade de prorrogação dos títulos de residência concedidos nesses termos, por períodos de seis meses, até ao limite máximo de um ano.

Em outubro de 2023, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2023, de 9 de outubro, o Governo prorrogou a validade dos títulos de proteção temporária concedidos a pessoas deslocadas da Ucrânia até 29 de fevereiro de 2024.

Face ao exposto, e acompanhando a prorrogação da proteção temporária a favor de pessoas deslocadas da Ucrânia prevista na Decisão de Execução (UE) 2023/2409 do Conselho, de 19 de outubro de 2023, entende o Governo ser necessário determinar nova prorrogação da proteção temporária.

Assim:

Nos termos do n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, na sua redação atual, e da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Alterar os n.ºs 6 e 8 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2022, de 1 de março, alterada pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 29-D/2022, de 11 de março, 135/2022, de 28 de dezembro, e 22-D/2023, de 13 de março, nos seguintes termos:

«6 — Determinar que, para efeitos do cumprimento do disposto no número anterior, a Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I. P. (AIMA, I. P.), promove a consulta ao Sistema de Informação Schengen e a outras bases de dados relevantes, junto das entidades competentes, não sendo exigível um certificado de registo criminal.

8 — Determinar que a declaração comprovativa do pedido de proteção temporária é comunicada pela AIMA, I. P., à segurança social, à Autoridade Tributária e Aduaneira e aos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E., para efeitos de atribuição automática do número de identificação de segurança social, do número de identificação fiscal e número nacional de utente, respetivamente.»



2 — Prorrogar a validade dos títulos de proteção temporária concedidos ao abrigo da Resolução do Conselho do Ministros n.º 29-A/2022, de 1 de março, na sua redação atual, até 31 de dezembro de 2024.

3 — Estabelecer que a presente resolução produz efeitos a 1 de março de 2024.

Presidência do Conselho de Ministros, 22 de fevereiro de 2024. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

117408556

Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2024, de 29 de fevereiro

Документ	Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2024, de 29 de fevereiro
Номер	RCM n.º 29/2024
Дата	2024-02-29
Орган	Presidência do Conselho de Ministros (Portugal)
Мова перекладу	Переклад українською

ministros/29-2024-853918462

Продовжує строк дії титулів тимчасового захисту, наданих особам, переміщеним з України.

Відповідно до статті 7 Закону № 67/2003 від 23 серпня, у чинній редакції, та підпункту g) статті 199 Конституції Рада міністрів ухвалює:

1 — Змінити пункти 6 і 8 Резолюції Ради міністрів № 29-A/2022 від 1 березня, зміненої Резолюціями Ради міністрів № 29-D/2022 від 11 березня, № 135/2022 від 28 грудня та № 22- D/2023 від 13 березня, таким чином: «6 — Визначити, що для цілей виконання попереднього пункту Агентство з питань інтеграції, міграції та притулку (AIMA, I. P.) здійснює звернення до Шенгенської інформаційної системи та інших відповідних баз даних через компетентні органи; при цьому довідка про несудимість не вимагається.

8 — Визначити, що декларація, яка підтверджує подання заяви про тимчасовий захист, надсилається AIMA, I. P., до органів соціального забезпечення, до Податково-митного управління та до Спільних служб Міністерства охорони здоров'я (E. P. E.) для автоматичного присвоєння номера соціального страхування, ідентифікаційного податкового номера та національного номера користувача відповідно.»

2 — Продовжити строк дії титулів тимчасового захисту, наданих на підставі Резолюції Ради міністрів № 29-A/2022 від 1 березня, у чинній редакції, до 31 грудня 2024 року.

3 — Встановити, що ця резолюція набирає чинності (має юридичні наслідки) з 1 березня 2024 року.

Президія Ради міністрів, 22 лютого 2024 року. — Прем'єр-міністр, Антоніу Луїш Сантуш да Кошта.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 22-D/2023

Sumário: Prorroga a validade dos títulos de proteção temporária concedidos a pessoas deslocadas da Ucrânia.

Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2022, de 1 de março, alterada pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 29-D/2022, de 11 de março, e 135/2022, de 28 de dezembro, Portugal definiu os critérios e o procedimento de atribuição de proteção temporária aos refugiados da Ucrânia, com a atribuição automática de autorização de residência, pelo período de um ano, bem como dos números de segurança social, de identificação fiscal e de utente do Serviço Nacional de Saúde.

A referida resolução, no seu n.º 1 concede proteção temporária, com a atribuição automática de autorização de residência, pelo período de um ano, aos cidadãos que cumpram os requisitos aí previstos. Por seu turno, nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2001/55/CE, do Conselho, de 20 de julho, prevê-se a possibilidade de prorrogação dos títulos de residência concedidos nesses termos, por períodos de seis meses, até ao limite máximo de um ano.

Face ao exposto, e acompanhando a intenção da Comissão Europeia de estender até março de 2024 a proteção temporária a favor de pessoas deslocadas da Ucrânia, entende o Governo que é necessário determinar a prorrogação da proteção temporária por um período de seis meses, com possibilidade de posterior prorrogação por mais seis meses, definindo os procedimentos atinentes a essa prorrogação.

Assim:

Nos termos do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, e da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Prorrogar a validade dos títulos de proteção temporária concedidos ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2022, de 1 de março, na sua redação atual, por um período de seis meses.

2 — Estabelecer que a presente resolução produz efeitos a 1 de março de 2023.

Presidência do Conselho de Ministros, 9 de março de 2023. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

116268068

Resolução do Conselho de Ministros n.º 22-D/2023, de 13 de março

Документ	Resolução do Conselho de Ministros n.º 22-D/2023, de 13 de março
Номер	RCM n.º 22-D/2023
Дата	2023-03-13
Орган	Presidência do Conselho de Ministros (Portugal)
Мова перекладу	Переклад українською

Продовжує строк дії титулів тимчасового захисту, наданих особам, переміщеним з України.

Відповідно до пункту 1 статті 7 Закону № 67/2003 від 23 серпня та підпункту g) статті 199 Конституції Рада міністрів ухвалює:

1 — Продовжити строк дії титулів тимчасового захисту, наданих на підставі Резолюції Ради міністрів № 29-A/2022 від 1 березня, у чинній редакції, на період у шість місяців.

2 — Встановити, що ця резолюція набирає чинності (має юридичні наслідки) з 1 березня 2023 року.

Президія Ради міністрів, 9 березня 2023 року. — Прем'єр-міністр, Антоніу Луїш Сантуш да Кошта.

Переклад підготовлено OKNO Agency · RCM n.º 22-D/2023 · Переклад українською · версія від 2026-07-21

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/2022**

Sumário: Revê os critérios específicos da concessão de proteção temporária a pessoas deslocadas da Ucrânia.

A guerra na Ucrânia deu origem ao maior movimento de deslocados desde a II Guerra Mundial.

Nesse contexto, Portugal aprovou, ao abrigo do n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto que aprova o regime de proteção temporária de pessoas deslocadas, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2022, de 1 de março, posteriormente alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-D/2022, de 11 de março, que estabeleceu os critérios específicos da concessão de proteção temporária a pessoas deslocadas da Ucrânia.

Entretanto, o Conselho da União Europeia aprovou a Decisão de Execução (UE) 2022/382, do Conselho, de 4 de março de 2022, a qual declarou, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º da Diretiva 2001/55/CE, do Conselho, de 20 de julho de 2001, a existência de um afluxo massivo, para a União Europeia, de pessoas que tiveram de abandonar a Ucrânia em consequência do conflito armado.

Portugal foi um dos países de destino de dezenas de milhares de pessoas que aqui procuraram e encontraram proteção para si e para as suas famílias.

Passados mais de nove meses do início da guerra justifica-se, revisitar a resolução que concedeu o estatuto de proteção temporária, com a atribuição automática de autorização de residência, pelo período de um ano, ajustando-a às atuais características do conflito armado, particularidades dos fluxos migratórios e às necessidades das pessoas que carecem de apoio.

Assim:

Nos termos do n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto e da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Alterar a Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2022, de 1 de março, na sua redação atual, que passa a ter a seguinte redação:

«1 — [...]

2 — Determinar que beneficiam igualmente desta proteção temporária:

a) Cidadãos estrangeiros de outras nacionalidades que comprovem ser familiares dos cidadãos referidos no número anterior ou que comprovem ser residentes permanentes na Ucrânia e cujo regresso seguro e duradouro ao país de que são nacionais não seja possível;

b) Apátridas que comprovem ser familiares dos cidadãos referidos no número anterior ou que comprovem ser residentes permanentes na Ucrânia.

3 — Estabelecer que, para efeitos do número anterior consideram-se familiares:

a) Os cônjuges;

b) As pessoas que vivam com pessoa a que se refere o n.º 1 em condições análogas às dos cônjuges há mais de dois anos;

c) Os filhos menores de pessoa a que se refere o n.º 1 ou do seu cônjuge ou unido de facto, incluindo os que sejam adotados;

d) Outros parentes próximos que vivam em comunhão de mesa e habitação, e que dependam totalmente, ou em grande parte, de pessoa a que se refere o n.º 1.

4 — (Anterior n.º 3.)

5 — (Anterior n.º 4.)

6 — (Anterior n.º 5.)

7 — (Anterior n.º 6.)

8 — (Anterior n.º 7.)

9 — (Anterior n.º 8.)



10 — Estabelecer que as comunicações referidas nos n.ºs 8 e 9 são efetuadas, preferencialmente, por transmissão eletrónica de dados, em respeito do regime geral de proteção de dados.

11 — *(Anterior n.º 10.)*

12 — *(Anterior n.º 11.)*

13 — *(Anterior n.º 12.)*

14 — *(Anterior n.º 13.)*

15 — *(Anterior n.º 14.)*

16 — *(Anterior n.º 15.)*

17 — *(Anterior n.º 16.)*

18 — *(Anterior n.º 17.)»*

2 — Determinar que a presente resolução produz efeitos na data da sua aprovação.

Presidência do Conselho de Ministros, 22 de dezembro de 2022. — O Primeiro-Ministro,
António Luís Santos da Costa.

116006567

Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/2022, de 28 de dezembro

Документ	Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/2022, de 28 de dezembro
Номер	RCM n.º 135/2022
Дата	2022-12-28
Орган	Presidência do Conselho de Ministros (Portugal)
Мова перекладу	Переклад українською

ministros/135-2022-205378560

Переглядає конкретні критерії надання тимчасового захисту особам, переміщеним з

України. Відповідно до пункту 3 статті 4 Закону № 67/2003 від 23 серпня та підпункту g) статті 199 Конституції Рада міністрів ухвалює:

1 — Змінити Резолюцію Ради міністрів № 29-A/2022 від 1 березня, у чинній редакції, виклавши її в такій редакції: «1 — [...]

2 — Визначити, що цим тимчасовим захистом користуються також:

a) іноземні громадяни інших національностей, які підтвердили, що є членами сім'ї осіб, зазначених у попередньому пункті, або що є постійними резидентами України і чиє безпечне та стійке повернення до країни громадянства неможливе;

b) особи без громадянства, які підтвердили, що є членами сім'ї осіб, зазначених у попередньому пункті, або що є постійними резидентами України.

3 — Встановити, що для цілей попереднього пункту членами сім'ї вважаються:

a) подружжя;

b) особи, які проживають з особою, зазначеною в пункті 1, в умовах, аналогічних подружнім, понад два роки;

c) неповнолітні діти особи, зазначеної в пункті 1, або її подружжя чи особи, яка перебуває з нею у фактичному союзі, включно з усиновленими;

d) інші близькі родичі, які проживають спільно (спільний стіл і житло) і повністю або значною мірою перебувають на утриманні особи, зазначеної в пункті 1.

4 — (Колишній пункт 3.) 5 — (Колишній пункт 4.) 6 — (Колишній пункт 5.) 7 — (Колишній пункт 6.)

8 — (Колишній пункт 7.) 9 — (Колишній пункт 8.)

10 — Встановити, що повідомлення, зазначені в пунктах 8 і 9, здійснюються переважно шляхом електронної передачі даних із дотриманням загального режиму захисту даних.

11 — (Колишній пункт 10.) 12 — (Колишній пункт 11.) 13 — (Колишній пункт 12.) 14 —
(Колишній пункт 13.) 15 — (Колишній пункт 14.) 16 — (Колишній пункт 15.) 17 —
(Колишній пункт 16.) 18 — (Колишній пункт 17.)»

Переклад підготовлено OKNO Agency · RCM n.º 135/2022 · Переклад українською · версія від 2026-07-21

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-D/2022**

Sumário: Amplia o âmbito da concessão de proteção temporária a pessoas deslocadas da Ucrânia, em consequência dos recentes conflitos armados vividos naquele país.

A guerra na Ucrânia deu origem a uma movimentação da população civil em busca de proteção em vários países europeus, a qual tem vindo a agravar-se de forma significativa.

Portugal aprovou, ao abrigo do n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2022, de 1 de março, que estabeleceu os critérios específicos da concessão de proteção temporária a pessoas deslocadas da Ucrânia, tendo como destinatários os cidadãos nacionais da Ucrânia e seus familiares, provenientes do seu país de origem, não podendo ali voltar, em consequência da situação de guerra, assim como os cidadãos de outras nacionalidades parentes, afins, cônjuges ou unidos de facto de cidadãos de nacionalidade ucraniana.

O Conselho da União Europeia, entretanto, aprovou a Decisão de Execução (UE) 2022/382, de 4 de março de 2022, na qual declarou, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º da Diretiva 2001/55/CE, do Conselho, de 20 de julho de 2001, a existência de um afluxo massivo, para a União Europeia, de pessoas que tiveram que abandonar a Ucrânia em consequência do conflito armado.

Com efeito, a referida Decisão de Execução do Conselho aplica-se a nacionais ucranianos residentes na Ucrânia antes de 24 de fevereiro de 2022, assim como a apátridas e nacionais de países terceiros que não a Ucrânia que beneficiavam de proteção internacional ou proteção nacional equivalente na Ucrânia antes de 24 de fevereiro de 2022, e respetivos familiares.

Considerando a natureza urgente da situação de conflito armado na Ucrânia, Portugal tomou a iniciativa de conceder proteção temporária a pessoas deslocadas, num momento anterior à aprovação, pelo Conselho da União Europeia, da Decisão de Execução (UE) 2022/382, de 4 de março de 2022, importando, agora, proceder ao ajustamento do âmbito de aplicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2022, de 1 de março, na decorrência desta Decisão.

Aproveita-se, ainda, para proceder à constituição da comissão interministerial que coordena as ações decorrentes da aplicação do regime de proteção temporária.

Assim:

Nos termos do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, e da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Alterar a Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2022, de 1 de março, com a seguinte redação:

«1 — Conceder proteção temporária, com a atribuição automática de autorização de residência, pelo período de um ano, com possibilidade de prorrogação do respetivo título de residência, nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, aos cidadãos nacionais da Ucrânia e aos cidadãos estrangeiros de outras nacionalidades ou apátridas beneficiários de proteção internacional na Ucrânia, provenientes desse país, não podendo ali voltar, em consequência da situação de guerra que aí ocorre.

2 — Determinar que beneficiam igualmente desta proteção temporária os cidadãos estrangeiros de outras nacionalidades ou apátridas que se encontrem nas circunstâncias do número anterior e que comprovem ser familiares, designadamente parentes, afins, cônjuges ou unidos de facto dos cidadãos referidos no número anterior, ou que comprovem ser residentes permanentes na Ucrânia, ou tenham uma autorização de residência temporária, ou beneficiem de um visto de longa duração destinado à obtenção deste tipo de autorização e cujo regresso seguro e duradouro ao seu país de origem não seja possível.

3 — [...]

4 — [...]

5 — [...]

6 — [...]



7 — [...]

8 — [...]

9 — [...]

10 — [...]

11 — [...]

12 — [...]

13 — [...]

14 — *(Revogado.)*

15 — Determinar a constituição da comissão interministerial prevista no artigo 5.º da Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, presidida conjuntamente pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas da integração e migrações e da administração interna e composta por representantes das áreas governativas da economia e da transição digital, dos negócios estrangeiros, da justiça e do trabalho, solidariedade e segurança social, podendo ainda participar nas reuniões da comissão interministerial, em função da matéria, representantes de outras áreas governativas, mediante convocatória dos membros do Governo que presidem.

16 — *(Anterior n.º 15.)*

17 — *(Anterior n.º 16.)»*

2 — Revogar o n.º 14 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2022, de 1 de março.

3 — Determinar que a presente resolução entra em vigor na data da sua aprovação.

Presidência do Conselho de Ministros, 10 de março de 2022. — Pelo Primeiro-Ministro, *Pedro Gramaxo de Carvalho Siza Vieira*, Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital.

115109679

Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-D/2022, de 11 de março

Документ	Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-D/2022, de 11 de março
Номер	RCM n.º 29-D/2022
Дата	2022-03-11
Орган	Presidência do Conselho de Ministros (Portugal)
Мова перекладу	Переклад українською

Розширює сферу надання тимчасового захисту особам, переміщеним з України.

Відповідно до пункту 3 статті 4 Закону № 67/2003 від 23 серпня та підпункту g) статті 199 Конституції Рада міністрів ухвалює:

1 — Змінити Резолюцію Ради міністрів № 29-A/2022 від 1 березня, виклавши її в такій редакції: «1 — Надати тимчасовий захист з автоматичним оформленням дозволу на проживання строком на один рік, з можливістю продовження відповідного титулу на проживання, відповідно до статті 7 Закону № 67/2003 від 23 серпня, громадянам України та іноземним громадянам інших національностей або особам без громадянства, які користувалися міжнародним захистом в Україні, які прибули з цієї країни і не можуть туди повернутися внаслідок війни, що там відбувається.

2 — Визначити, що цим тимчасовим захистом користуються також іноземні громадяни інших національностей або особи без громадянства, які перебувають в обставинах попереднього пункту і підтверджують, що є членами сім'ї зазначених осіб, або що є постійними резидентами України, або мають дозвіл на тимчасове проживання чи користуються довгостроковою візою для отримання такого дозволу, і чиє безпечне та стійке повернення до країни походження неможливе.

3 — [...] 4 — [...] 5 — [...] 6 — [...] 7 — [...] 8 — [...] 9 — [...] 10 — [...] 11 — [...] 12 — [...] 13 — [...]

14 — (Скасовано.)

15 — Визначити створення міжміністерської комісії, передбаченої статтею 5 Закону № 67/2003 від 23 серпня, під спільним головуванням членів Уряду, відповідальних за сфери інтеграції та міграції і за внутрішні справи, у складі представників урядових сфер економіки та цифрового переходу, закордонних справ, юстиції, а також праці, солідарності та соціального забезпечення; у засіданнях комісії залежно від питання можуть також брати участь представники інших урядових сфер за запрошенням головуючих членів Уряду.

16 — (Колишній пункт 15.)

17 — (Колишній пункт 16.)»

2 — Скасувати пункт 14 Резолюції Ради міністрів № 29-A/2022 від 1 березня.

3 — Визначити, що ця резолюція набирає чинності в день її ухвалення.

Переклад підготовлено OKNO Agency · RCM n.º 29-D/2022 · Переклад українською · версія від 2026-07-21

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2022

Sumário: Estabelece os critérios específicos da concessão de proteção temporária a pessoas deslocadas da Ucrânia, em consequência dos recentes conflitos armados vividos naquele país.

A situação de guerra que se verifica na Ucrânia põe em sério risco milhões de cidadãos que vivem naquele país, conduzindo a uma crise humanitária em larga escala, que está já a originar o abandono de um número considerável de civis da Ucrânia, procurando refúgio em países dispostos a prestar-lhes acolhimento.

Constata-se uma situação objetiva e generalizada de violação dos direitos humanos e de ameaça à vida e à integridade física dos ucranianos residentes na Ucrânia que impõe a concessão de proteção temporária com dispensa de prova de risco individualizado e concreto.

Portugal tem uma longa tradição de acolhimento de populações deslocadas e honrará sempre os seus compromissos de solidariedade para com os que são forçados a abandonar os seus países de residência, em razão de conflitos armados ou de perseguição, por motivos políticos, religiosos, étnicos ou outros, previstos na Convenção das Nações Unidas Relativa ao Estatuto dos Refugiados.

Portugal tem, por outro lado, uma vasta comunidade de cidadãos ucranianos residentes e de cidadãos nacionais com origem ucraniana e reúne condições para acolher os deslocados em consequência da guerra em curso na Ucrânia que procurem o nosso país em busca de um lugar para se instalar e viver em paz e em segurança.

Importa, todavia, que existam mecanismos de acolhimento e integração a um tempo credíveis e céleres, que permitam gerar previsibilidade e confiança na capacidade de resposta humanitária do nosso país, no atual contexto, disponibilizando, designadamente, um conjunto de oportunidades de emprego existentes em Portugal, facilitando uma mais ampla integração dos cidadãos ucranianos e seus familiares.

Com efeito, é necessário estabelecer os critérios específicos de que irá depender a concessão de proteção temporária a pessoas deslocadas da Ucrânia, em consequência da guerra em curso naquele país, ao abrigo do n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2001/55/CE, do Conselho, de 20 de julho de 2001, e regula o regime de concessão de proteção temporária no caso de afluxo massivo de pessoas deslocadas de países terceiros, impossibilitadas de regressar em curto prazo ao seu país de origem, estabelecendo os procedimentos de aplicação deste regime.

Efetivamente, a Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, não se limita a transpor a referida diretiva, integrando, ainda, o mecanismo antes constante da Lei n.º 15/98, de 26 de março, e que permite ao Estado Português, considerando, em cada situação, os riscos que recaem sobre as pessoas deslocadas, a urgência e necessidade de proteção temporária e as consequências para a ordem pública e segurança nacionais, conceder proteção temporária mediante resolução do Conselho de Ministros, sem necessidade de ato prévio dos competentes organismos da União Europeia, aplicando, com as necessárias adaptações, as disposições da Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto.

Assim:

Nos termos do n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, e da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Conceder proteção temporária, com a atribuição automática de autorização de residência, pelo período de um ano, com possibilidade de prorrogação do respetivo título de residência, nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, com as necessárias adaptações, aos cidadãos nacionais da Ucrânia e seus familiares, provenientes do seu país de origem, não podendo ali voltar, em consequência da situação de guerra que aí ocorre.

2 — Determinar que beneficiam igualmente desta proteção temporária os cidadãos estrangeiros de outras nacionalidades que comprovem ser parentes, afins, cônjuges ou unidos de facto de



cidadãos de nacionalidade ucraniana que se encontrem nas circunstâncias previstas no número anterior.

3 — Estabelecer que, para efeitos do disposto nos números anteriores, é admitido qualquer meio de prova.

4 — Determinar que constituem fundamento para exclusão da proteção temporária os motivos elencados no artigo 6.º da Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto.

5 — Determinar que, para efeitos do cumprimento do disposto no número anterior, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) consulta o Sistema de Informação Schengen e outras bases de dados relevantes, não sendo exigível um certificado de registo criminal.

6 — Estabelecer que os pedidos abrangidos pela presente resolução podem ser feitos presencialmente ou por via digital, dentro ou fora do território nacional.

7 — Determinar que a declaração comprovativa do pedido de proteção temporária é comunicada pelo SEF à segurança social, à Autoridade Tributária e Aduaneira e aos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E., para efeitos de atribuição automática do número de identificação de segurança social, do número de identificação fiscal e número nacional de utente, respetivamente.

8 — Determinar que a declaração prevista no número anterior é comunicada ao Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P., para efeitos de inscrição.

9 — Estabelecer que as comunicações referidas nos n.ºs 7 e 8 são efetuadas, preferencialmente, por transmissão eletrónica de dados, em respeito do regime geral de proteção de dados.

10 — Determinar que aos beneficiários de proteção temporária previstos na presente resolução é permitida a obtenção da Chave Móvel Digital, designadamente mediante a associação do número do respetivo título a um único número de telemóvel, podendo também associar o seu endereço de correio eletrónico.

11 — Determinar que os benefícios previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 15.º da Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, são atribuídos quando o beneficiário da proteção temporária não disponha de recursos suficientes.

12 — Determinar que, sem prejuízo do disposto no número anterior, os beneficiários de proteção temporária sejam equiparados a beneficiários com estatuto de refugiado para efeitos de acesso a prestações sociais do regime não contributivo.

13 — Determinar que os valores relativos aos apoios sociais da responsabilidade da segurança social, atribuídos nos termos do n.º 2 do artigo 15.º da Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, são financiados pelo Orçamento do Estado.

14 — Estabelecer que se aplicam aos beneficiários de proteção temporária previstos na presente resolução as disposições da Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, com as necessárias adaptações, sem prejuízo do estabelecido nos números anteriores.

15 — Estabelecer que a presente resolução se aplica aos pedidos já formulados, desde o início da situação de guerra na Ucrânia.

16 — Determinar que a presente resolução entra em vigor na data da sua aprovação.

Presidência do Conselho de Ministros, 1 de março de 2022. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

115072629

Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2022, de 1 de março

Документ	Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2022, de 1 de março
Номер	RCM n.º 29-A/2022
Дата	2022-03-01
Орган	Presidência do Conselho de Ministros (Portugal)
Мова перекладу	Переклад українською

Встановлює конкретні критерії надання тимчасового захисту особам, переміщеним з

України, внаслідок нещодавніх збройних конфліктів у цій країні. Відповідно до пункту 3 статті 4 Закону № 67/2003 від 23 серпня та підпункту g) статті 199 Конституції Рада міністрів ухвалює:

1 — Надати тимчасовий захист з автоматичним оформленням дозволу на проживання строком на один рік, з можливістю продовження відповідного титулу на проживання, відповідно до статті 7 Закону № 67/2003 від 23 серпня, з необхідними адаптаціями, громадянам України та членам їхніх сімей, які прибули з країни свого походження і не можуть туди повернутися внаслідок війни, що там відбувається.

2 — Визначити, що цим тимчасовим захистом користуються також іноземні громадяни інших національностей, які підтвердили, що є родичами, свояками, подружжям або особами, які перебувають у фактичному союзі з громадянами України, які перебувають в обставинах, передбачених попереднім пунктом.

3 — Встановити, що для цілей попередніх пунктів допускається будь-який засіб доказування.

4 — Визначити, що підставами для виключення з тимчасового захисту є причини, перелічені у статті 6 Закону № 67/2003 від 23 серпня.

5 — Визначити, що для цілей виконання попереднього пункту Служба у справах іноземців та кордонів (SEF) звертається до Шенгенської інформаційної системи та інших відповідних баз даних; при цьому довідка про несудимість не вимагається.

6 — Встановити, що заяви, охоплені цією резолюцією, можуть подаватися особисто або в цифровій формі, на території країни або за її межами.

7 — Визначити, що декларація, яка підтверджує подання заяви про тимчасовий захист, надсилається SEF до органів соціального забезпечення, до Податково-митного управління та до Спільних служб Міністерства охорони здоров'я (E. P. E.) для автоматичного присвоєння

8 — Визначити, що декларація, передбачена попереднім пунктом, надсилається до Інституту зайнятості та професійної підготовки (I. P.) для цілей взяття на облік.

9 — Встановити, що повідомлення, зазначені в пунктах 7 і 8, здійснюються переважно шляхом

Переклад підготовлено OKNO Agency · RCM n.º 29-A/2022 · Переклад українською · версія від 2026-07-21



2025/1460

24.7.2025

COUNCIL IMPLEMENTING DECISION (EU) 2025/1460

of 15 July 2025

extending the temporary protection introduced by Implementing Decision (EU) 2022/382

THE COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION,

Having regard to the Treaty on the Functioning of the European Union,

Having regard to Council Directive 2001/55/EC of 20 July 2001 on minimum standards for giving temporary protection in the event of a mass influx of displaced persons and on measures promoting a balance of efforts between Member States in receiving such persons and bearing the consequences thereof ⁽¹⁾, and in particular Article 4(2) thereof,

Having regard to the proposal from the European Commission,

Whereas:

- (1) On 4 March 2022, the Council adopted Implementing Decision (EU) 2022/382 ⁽²⁾ establishing the existence of a mass influx of displaced persons from Ukraine within the meaning of Article 5 of Directive 2001/55/EC with the effect of introducing temporary protection.
- (2) In accordance with Article 4(1) of Directive 2001/55/EC, temporary protection first applied for an initial period of one year, until 4 March 2023, and was then automatically extended for one additional year until 4 March 2024.
- (3) On 19 October 2023, the Council adopted Implementing Decision (EU) 2023/2409 ⁽³⁾ extending the temporary protection as introduced by Implementing Decision (EU) 2022/382 until 4 March 2025. On 11 June 2024, the Council adopted Implementing Decision (EU) 2024/1836 ⁽⁴⁾ extending that temporary protection until 4 March 2026.
- (4) Given that a person can benefit from the rights attached to temporary protection in only one Member State at a time, to ensure that this principle is respected, and to avoid multiple registrations for temporary protection, Member States should reject residence permit requests made on the basis of Article 8(1) of Directive 2001/55/EC when it is apparent that the person concerned has already obtained a residence permit on that basis in another Member State. This would be coherent with the judgment of the Court of Justice of 27 February 2025 in Case C-753/23 ⁽⁵⁾ and in particular paragraph 30 thereof.
- (5) In the context of the activation of temporary protection under Directive 2001/55/EC, in a statement made on 4 March 2022, Member States agreed unanimously not to apply Article 11 of that Directive in relation to persons who enjoy temporary protection in a given Member State in accordance with Implementing Decision (EU) 2022/382 and who move to another Member State without authorisation, unless Member States agree otherwise on a bilateral basis.
- (6) In that overall context, nothing should be construed as implying an obligation for a Member State to issue a residence permit for temporary protection to a person who received a residence permit for temporary protection in another Member State.

⁽¹⁾ OJ L 212, 7.8.2001, p. 12, ELI: <http://data.europa.eu/eli/dir/2001/55/oj>.

⁽²⁾ Council Implementing Decision (EU) 2022/382 of 4 March 2022 establishing the existence of a mass influx of displaced persons from Ukraine within the meaning of Article 5 of Directive 2001/55/EC, and having the effect of introducing temporary protection (OJ L 71, 4.3.2022, p. 1, ELI: http://data.europa.eu/eli/dec_impl/2022/382/oj).

⁽³⁾ Council Implementing Decision (EU) 2023/2409 of 19 October 2023 extending temporary protection as introduced by Implementing Decision (EU) 2022/382 (OJ L, 2023/2409, 24.10.2023, ELI: http://data.europa.eu/eli/dec_impl/2023/2409/oj).

⁽⁴⁾ Council Implementing Decision (EU) 2024/1836 of 25 June 2024 extending temporary protection as introduced by Implementing Decision (EU) 2022/382 (OJ L, 2024/1836, 3.7.2024, ELI: http://data.europa.eu/eli/dec_impl/2024/1836/oj).

⁽⁵⁾ Judgement of the Court of Justice of 27 February 2025, A. N. v Ministerstvo vnitra, C-753/23, ECLI:EU:C:2025:133.

- (7) To ensure an up-to-date situational picture for operational purposes, coherent administration and oversight of the issuance of residence permits, Member States should regularly upload accurate and timely data to the Temporary Protection Registration Platform, including data on inactive registrations.
- (8) Currently, there are almost 4,3 million displaced persons from Ukraine who benefit from temporary protection in the Union. The overall number of registrations of persons enjoying temporary protection has remained stable at around 4,3 million, with a constant slight upward trend and with few persons reporting going back home to Ukraine on a permanent basis. The situation in Ukraine does not allow for the majority of displaced people to return to Ukraine in safe and durable conditions. The International Organization for Migration estimates that, as of April 2025, 3 757 000 people are internally displaced within Ukraine, of which 66 % had been displaced for over two years, and 79 % had been displaced for over a year. The share of internally displaced persons who had been displaced for more than two years was highest among internally displaced persons who resided in the West of the country (78 %). The United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs estimated that over 12,7 million people in Ukraine are in need of urgent humanitarian assistance in 2025.
- (9) Moreover, further arrivals on a large scale cannot be excluded due to the difficult humanitarian conditions, broader volatility and the uncertainty of the situation in Ukraine as a result of Russia's war of aggression, including intensified repeated air attacks across the country against civilians. The risk of escalation remains. At the same time, the risk to the efficient operation of the national asylum systems remains if temporary protection were to cease soon with all beneficiaries applying for international protection at the same time.
- (10) Since the high number of displaced persons in the Union benefitting from temporary protection is not likely to decrease as long as the war against Ukraine continues, extending temporary protection is necessary to address the situation of persons currently benefitting from temporary protection in the Union or who will need such protection as from 5 March 2026, as it provides for immediate protection and access to a harmonised set of rights, while reducing formalities to a minimum in a situation of mass influx to the Union. Extending temporary protection should also help to ensure that the asylum systems of the Member States are not overwhelmed by a significant increase in the number of applications for international protection that could be lodged by persons benefitting from temporary protection in the period up to 4 March 2026, if temporary protection were to cease by then, or by persons fleeing the war in Ukraine and arriving in the Union in the period from 5 March 2026 to 4 March 2027.
- (11) Therefore, considering that the reasons for temporary protection persist, temporary protection for the categories of displaced persons referred to in Implementing Decision (EU) 2022/382 should be extended until 4 March 2027.
- (12) This Decision respects fundamental rights and observes the principles recognised by the Charter of Fundamental Rights of the European Union.
- (13) The Council reconfirms its commitment to providing support to Ukraine and its people as long as it takes and reiterates its support for a comprehensive, just and lasting peace, based on the principles of the UN Charter and international law and in the event of a sustainable ceasefire, the Council stands ready to act in accordance with Article 6(1)(b) of Directive 2001/55/EC.
- (14) Ireland is bound by Directive 2001/55/EC and is therefore taking part in the adoption and application of this Implementing Decision.
- (15) In accordance with Articles 1 and 2 of Protocol No 22 on the position of Denmark, annexed to the Treaty on European Union and to the Treaty on the Functioning of the European Union, Denmark is not taking part in the adoption of this Implementing Decision and is not bound by it or subject to its application,

HAS ADOPTED THIS DECISION:

Article 1

The temporary protection given to persons displaced from Ukraine referred to in Article 2 of Implementing Decision (EU) 2022/382, and extended by Implementing Decisions (EU) 2023/2409, and (EU) 2024/1836 is extended for a further period of one year, until 4 March 2027.

Article 2

This Decision shall enter into force on the twentieth day following that of its publication in the *Official Journal of the European Union*.

Done at Brussels, 15 July 2025.

For the Council

The President

K. KALLAS

Council Implementing Decision (EU) 2025/1460 of 15 July 2025 (extending temporary protection)

Документ	Council Implementing Decision (EU) 2025/1460 of 15 July 2025 (extending temporary protection)
Номер	(EU) 2025/1460
Дата	2025-07-15
Орган	Council of the European Union
Мова перекладу	Переклад українською

Чинне рішення ЄС: захист продовжено до 4 березня 2027 року.

Стаття 1 Тимчасовий захист, наданий переміщенням з України особам, зазначеним у статті 2 Імплементативного рішення (ЄС) 2022/382 та продовжений Імплементативними рішеннями (ЄС) 2023/2409 і (ЄС) 2024/1836, продовжується ще на один рік — до 4 березня 2027 року.

Стаття 2 Це Рішення набирає чинності на двадцятий день після його опублікування в Офіційному віснику Європейського Союзу.

Переклад підготовлено OKNO Agency · (EU) 2025/1460 · Переклад українською · версія від 2026-07-21



2024/1836

3.7.2024

COUNCIL IMPLEMENTING DECISION (EU) 2024/1836

of 25 June 2024

extending temporary protection as introduced by Implementing Decision (EU) 2022/382

THE COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION,

Having regard to the Treaty on the Functioning of the European Union,

Having regard to Council Directive 2001/55/EC of 20 July 2001 on minimum standards for giving temporary protection in the event of a mass influx of displaced persons and on measures promoting a balance of efforts between Member States in receiving such persons and bearing the consequences thereof⁽¹⁾, and in particular Article 4(2) thereof,

Having regard to the proposal from the European Commission,

Whereas:

- (1) On 4 March 2022, in accordance with Article 5 of Directive 2001/55/EC, the Council adopted Implementing Decision (EU) 2022/382⁽²⁾ establishing the existence of a mass influx of displaced persons from Ukraine within the meaning of Article 5 of Directive 2001/55/EC, with the effect of introducing temporary protection.
- (2) In accordance with Article 4(1) of Directive 2001/55/EC, temporary protection first applied for an initial period of 1 year, until 4 March 2023, and was then automatically extended for 1 additional year until 4 March 2024.
- (3) On 19 October 2023, in accordance with Article 4(2) of Directive 2001/55/EC, the Council adopted Implementing Decision (EU) 2023/2409⁽³⁾ extending the temporary protection introduced by Implementing Decision (EU) 2022/382 until 4 March 2025.
- (4) In the context of the activation of Directive 2001/55/EC, on 4 March 2022, Member States unanimously agreed in a statement not to apply Article 11 of Directive 2001/55/EC in relation to persons who enjoy temporary protection in a given Member State in accordance with Implementing Decision (EU) 2022/382, and who move to another Member State without authorisation, unless Member States agree otherwise on a bilateral basis.
- (5) Given that a person can benefit from the rights attached to temporary protection in only one Member State at a time, beneficiaries of temporary protection who move to another Member State to enjoy temporary protection should not benefit from social assistance in two Member States simultaneously.
- (6) There are around 4,19 million displaced persons from Ukraine currently benefitting from temporary protection in the Union. The overall number of registrations of persons enjoying temporary protection has remained stable at around 4,19 million, with a slight constant upward trend, and with few persons reporting going home to Ukraine on a permanent basis. The situation in Ukraine does not allow for the return of displaced people to Ukraine in safe and durable conditions. The International Organization for Migration estimates that, as of March 2024, 3,6 million people are internally displaced within Ukraine. 80 % of all internally displaced persons reported having been displaced for 1 year or longer. The United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs estimated that over 14,6 million people in Ukraine are in need of urgent humanitarian assistance in 2024.
- (7) Moreover, further arrivals on a large scale cannot be excluded, due to the difficult humanitarian conditions, broader volatility and the uncertainty of the situation in Ukraine as a result of Russia's war of aggression, including intensified repeated air attacks against civilians across the country. The risk of escalation persists. At the same time, a risk to the efficient operation of the national asylum systems also persists; that if temporary protection were soon to cease, all the beneficiaries would apply for international protection at the same time.

⁽¹⁾ OJ L 212, 7.8.2001, p. 12, ELI: <http://data.europa.eu/eli/dir/2001/55/oj>.

⁽²⁾ Council Implementing Decision (EU) 2022/382 of 4 March 2022 establishing the existence of a mass influx of displaced persons from Ukraine within the meaning of Article 5 of Directive 2001/55/EC and having the effect of introducing temporary protection (OJ L 71, 4.3.2022, p. 1, ELI: http://data.europa.eu/eli/dec_impl/2022/382/oj).

⁽³⁾ Council Implementing Decision (EU) 2023/2409 of 19 October 2023 extending temporary protection as introduced by Implementing Decision (EU) 2022/382 (OJ L, 2023/2409, 24.10.2023, ELI: http://data.europa.eu/eli/dec_impl/2023/2409/oj).

- (8) Since the high number of displaced persons in the Union benefitting from temporary protection is not likely to decrease while the war against Ukraine continues, extending temporary protection is necessary to address the situation of persons currently benefitting from temporary protection in the Union, or who will need such protection as from 5 March 2025. Temporary protection provides for immediate protection and for access to a harmonised set of rights, while reducing formalities to a minimum in a situation of mass influx to the Union. Extending temporary protection will also help to ensure that the asylum systems of the Member States are not overwhelmed by the significant increase in the number of applications for international protection that could be lodged by persons benefitting from temporary protection until 4 March 2025, if temporary protection were to cease by then, or by persons fleeing the war in Ukraine and arriving in the Union after that date and on or before 4 March 2026.
- (9) Therefore, considering that the reasons for temporary protection persist, temporary protection for the categories of displaced persons referred to in Implementing Decision (EU) 2022/382 should be extended until 4 March 2026.
- (10) This Decision respects the fundamental rights and observes the principles recognised by the Charter of Fundamental Rights of the European Union.
- (11) Ireland is bound by Directive 2001/55/EC and is therefore taking part in the adoption and application of this Implementing Decision.
- (12) In accordance with Articles 1 and 2 of Protocol No 22 on the position of Denmark, annexed to the Treaty on European Union and to the Treaty on the Functioning of the European Union, Denmark is not taking part in the adoption of this Implementing Decision and is not bound by it or subject to its application,

HAS ADOPTED THIS DECISION:

Article 1

The temporary protection given to persons displaced from Ukraine referred to in Article 2 of Implementing Decision (EU) 2022/382, and extended by Implementing Decision (EU) 2023/2409, is extended for a further period of 1 year, until 4 March 2026.

Article 2

This Decision shall enter into force on the twentieth day following that of its publication in the *Official Journal of the European Union*.

Done at Luxembourg, 25 June 2024.

For the Council

The President

H. LAHBIB

Council Implementing Decision (EU) 2024/1836 of 25 June 2024 (extending temporary protection)

Документ	Council Implementing Decision (EU) 2024/1836 of 25 June 2024 (extending temporary protection)
Номер	(EU) 2024/1836
Дата	2024-06-25
Орган	Council of the European Union
Мова перекладу	Переклад українською

Стаття 1 Тимчасовий захист, наданий переміщенням з України особам, зазначеним у статті 2 Імплементативного рішення (ЄС) 2022/382 та продовжений Імплементативним рішенням (ЄС) 2023/2409, продовжується ще на один рік — до 4 березня 2026 року.

Стаття 2 Це Рішення набирає чинності на двадцятий день після його опублікування в Офіційному віснику Європейського Союзу.

Переклад підготовлено OKNO Agency · (EU) 2024/1836 · Переклад українською · версія від 2026-07-21



2023/2409

24.10.2023

COUNCIL IMPLEMENTING DECISION (EU) 2023/2409
of 19 October 2023
extending temporary protection as introduced by Implementing Decision (EU) 2022/382

THE COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION,

Having regard to the Treaty on the Functioning of the European Union,

Having regard to Council Directive 2001/55/EC of 20 July 2001 on minimum standards for giving temporary protection in the event of a mass influx of displaced persons and on measures promoting a balance of efforts between Member States in receiving such persons and bearing the consequences thereof ⁽¹⁾, and in particular Article 4(2) thereof,

Having regard to the proposal from the European Commission,

Whereas:

- (1) Directive 2001/55/EC establishes minimum standards for giving temporary protection in the event of a mass influx of displaced persons from third countries who are unable to return to their country of origin, and promotes a balance of efforts between Member States in receiving and in bearing the consequences of receiving such persons.
- (2) On 4 March 2022, the Council adopted Implementing Decision (EU) 2022/382 ⁽²⁾ establishing the existence of a mass influx of displaced persons from Ukraine within the meaning of Article 5 of Directive 2001/55/EC with the effect of introducing temporary protection.
- (3) In accordance with Directive 2001/55/EC, temporary protection first applied for an initial period of one year, until 4 March 2023, and was then automatically extended for one additional year until 4 March 2024.
- (4) In the context of its activation, Member States agreed not to apply Article 11 of the Directive 2001/55/EC in relation to persons that enjoy temporary protection in a given Member State in accordance with Implementing Decision (EU) 2022/382, and that move to another Member State without authorisation, unless otherwise agreed by Member States on a bilateral basis.
- (5) There are approximately 4,1 million displaced persons that currently benefit from temporary protection in the Union. The situation in Ukraine does not allow for their return to Ukraine under safe and durable conditions. The International Organization for Migration estimates that, as of 25 May 2023, 5,1 million people are internally displaced within Ukraine. More than half of all internally displaced persons reported having been displaced for one year or longer. The United Nations High Commissioner for Refugees estimated that more than 5 million people are displaced inside Ukraine and that over 17 million people are in need of urgent humanitarian assistance. In June 2023, in view of the current situation in Ukraine, the United Nations High Commissioner for Refugees reiterated its previous position on returns to Ukraine, which called upon States not to forcibly return nationals and former habitual residents of Ukraine, including those who have had their asylum claims rejected.
- (6) The overall number of registrations of persons that enjoy temporary protection has remained stable at around 4,1 million, with low numbers of persons reporting having returned to Ukraine on a permanent basis. Moreover, the risk of a future mass influx and displacement of more persons fleeing from Ukraine to the Union continues to exist due to the volatility and the uncertainty of the situation in Ukraine as a result of hostile actions by Russia. Heavy fighting continues in many areas and the risk of escalation remains. This, combined with the difficult humanitarian

⁽¹⁾ OJ L 212, 7.8.2001, p. 12.

⁽²⁾ Council Implementing Decision (EU) 2022/382 of 4 March 2022 establishing the existence of mass influx of displaced persons from Ukraine within the meaning of Article 5 of Directive 2001/55/EC, and having the effect of introducing temporary protection (OJ L 71, 4.3.2022, p. 1).

situation in Ukraine could lead to a sudden and further increase of arrivals into the Union that could reach the level of a mass influx. At the same time, the risk to the efficient operation of the national asylum systems would remain if temporary protection were to cease soon and all those persons were to apply for international protection at once.

- (7) The high number of displaced persons in the Union that benefit from temporary protection is not likely to decrease as long as the war against Ukraine continues. Extending temporary protection is therefore necessary to address the situation of persons that currently benefit from temporary protection in the Union or who will need such protection as of 4 March 2024, as it provides for immediate protection and access to a harmonised set of rights whilst keeping formalities to a minimum in a situation of mass influx to the Union. Extending temporary protection will also help to ensure that the asylum systems of the Member States are not overwhelmed by a significant increase in the number of applications for international protection that could be lodged by persons that benefit from temporary protection until 4 March 2024, if temporary protection were to cease by then or by persons fleeing the war in Ukraine that arrive in the Union after that date and before 4 March 2025.
- (8) Therefore, considering that the reasons for temporary protection persist, temporary protection for the categories of displaced persons referred to in Implementing Decision (EU) 2022/382 should be extended until 4 March 2025.
- (9) This Decision respects the fundamental rights and observes the principles recognised by the Charter of Fundamental Rights of the European Union.
- (10) Ireland is bound by Directive 2001/55/EC and is therefore taking part in the adoption of this Implementing Decision.
- (11) In accordance with Articles 1 and 2 of Protocol No 22 on the position of Denmark, annexed to the Treaty on European Union and to the Treaty on the Functioning of the European Union, Denmark is not taking part in the adoption of this Implementing Decision and is not bound by it or subject to its application,

HAS ADOPTED THIS DECISION:

Article 1

The temporary protection given to persons displaced from Ukraine referred to in Article 2 of Implementing Decision (EU) 2022/382 is extended for a period of one year until 4 March 2025.

Article 2

This Decision shall enter into force on the twentieth day following that of its publication in the *Official Journal of the European Union*.

Done at Luxembourg, 19 October 2023.

For the Council

The President

F. GRANDE-MARLASKA GÓMEZ

Council Implementing Decision (EU) 2023/2409 of 19 October 2023 (extending temporary protection)

Документ	Council Implementing Decision (EU) 2023/2409 of 19 October 2023 (extending temporary protection)
Номер	(EU) 2023/2409
Дата	2023-10-19
Орган	Council of the European Union
Мова перекладу	Переклад українською

Стаття 1 Тимчасовий захист, наданий переміщенням з України особам, зазначеним у статті 2 Імплементативного рішення (ЄС) 2022/382, продовжується на один рік — до 4 березня 2025 року.

Стаття 2 Це Рішення набирає чинності на двадцятий день після його опублікування в Офіційному віснику Європейського Союзу.

Переклад підготовлено OKNO Agency · (EU) 2023/2409 · Переклад українською · версія від 2026-07-21

II

(Non-legislative acts)

DECISIONS

COUNCIL IMPLEMENTING DECISION (EU) 2022/382

of 4 March 2022

establishing the existence of a mass influx of displaced persons from Ukraine within the meaning of Article 5 of Directive 2001/55/EC, and having the effect of introducing temporary protection

THE COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION,

Having regard to the Treaty on the Functioning of the European Union,

Having regard to Council Directive 2001/55/EC of 20 July 2001 on minimum standards for giving temporary protection in the event of a mass influx of displaced persons and on measures promoting a balance of efforts between Member States in receiving such persons and bearing the consequences thereof ⁽¹⁾, and in particular Article 5 thereof,

Having regard to the proposal from the European Commission,

Whereas:

- (1) On 24 February 2022, Russian armed forces launched a large-scale invasion of Ukraine at multiple locations from the Russian Federation, from Belarus and from non-government-controlled areas of Ukraine.
- (2) As a result, substantial areas of Ukrainian territory now constitute areas of armed conflict from which thousands of persons have fled or are fleeing.
- (3) Following the invasion, which seeks to undermine European and global security and stability, the European Council, in its conclusions of 24 February 2022, condemned Russia's unprovoked and unjustified military aggression against Ukraine in the strongest possible terms, underlining the gross violation of international law and the principles of the United Nations Charter. The European Council demanded Russia's full respect for Ukraine's territorial integrity, sovereignty and independence within its internationally recognised borders, which includes Ukraine's right to choose its own destiny. The European Council also confirmed that the Russian government bears full responsibility for its act of aggression, which is causing human suffering and loss of lives, and that it will be held accountable for its actions. In solidarity with Ukraine, the European Council agreed on further sanctions, called for work to be taken forward on preparedness at all levels, and invited the Commission to put forward contingency measures.
- (4) The Union has shown, and will continue to show, its resolute support for Ukraine and its citizens, faced with an unprecedented act of aggression by the Russian Federation. This Decision forms part of the Union's response to the migratory pressure resulting from the Russian military invasion of Ukraine.
- (5) The conflict already has implications for the Union, including the likelihood of high migratory pressure on its Eastern borders as the conflict unfolds. As of 1 March 2022, more than 650 000 displaced persons had arrived in the Union from Ukraine through Poland, Slovakia, Hungary and Romania. Those numbers are expected to increase.

⁽¹⁾ OJ L 212, 7.8.2001, p. 12.

- (6) Ukraine is listed in Annex II to Regulation (EU) 2018/1806 ⁽²⁾, and nationals of Ukraine are exempt from the requirement to be in possession of a visa when crossing the external borders of Member States for stays of no more than 90 days in any 180-day period. Based on the experience gained from the aftermath of the 2014 Russian illegal annexation of the Autonomous Republic of Crimea and the city of Sevastopol, and from war in the east of Ukraine, the expectation is that half of the Ukrainians coming to the Union, benefitting from visa-free travel for short-stays, will join family members or seek employment in the Union, whilst the other half will request international protection. Depending on how the conflict evolves, based on current estimations, the Union is likely to be faced with a very large number of displaced persons, potentially between 2,5 million and 6,5 million as a consequence of the armed conflict, of whom it is anticipated that between 1,2 and 3,2 million would be persons seeking international protection. The United Nations (UN) High Commissioner for Refugees estimates that, under the worst-case scenario, up to 4 million people may potentially flee Ukraine.
- (7) Those figures show that the Union is likely to be faced with a situation that is characterised by a mass influx of displaced persons from Ukraine who are unable to return to their country or region of origin because of Russian military aggression. The scale of the influx would likely be such that there is also a clear risk that the Member States' asylum systems will be unable to process the arrivals without adverse effects on their efficient operation and on the interests of the persons concerned and on those of other persons requesting protection.
- (8) The UN has launched a Humanitarian Flash Appeal for protection and assistance needs in Ukraine, and a Regional Refugee Response Plan for Ukraine providing details on the numbers of people in need and those to be targeted by assistance.
- (9) The UN High Commissioner for Refugees welcomed the support expressed by many Member States for activating the temporary protection provided for by Directive 2001/55/EC in order to enable immediate and temporary refuge in the Union, and for facilitating the sharing of responsibility for people fleeing Ukraine among Member States.
- (10) To respond to this situation, it should be established that there is a mass influx of displaced persons within the meaning of Directive 2001/55/EC, in order to provide temporary protection for them.
- (11) The object of this Decision is to introduce temporary protection for Ukrainian nationals residing in Ukraine who have been displaced on or after 24 February 2022 as a result of the military invasion by Russian armed forces that began on that date. Temporary protection should also be introduced for nationals of third countries other than Ukraine, who have been displaced from Ukraine on or after 24 February 2022, and who were benefiting in Ukraine from refugee status or equivalent protection before 24 February 2022. In addition, it is important to preserve the unity of families and to avoid diverging statuses among members of the same family. Therefore, it is necessary to also introduce temporary protection for family members of those persons, where their families were already in, and residing in, Ukraine at the time of the circumstances surrounding the mass influx of displaced persons.
- (12) It is also appropriate to provide for the protection of stateless persons, and nationals of third countries other than Ukraine, who can prove that they were legally residing in Ukraine before 24 February 2022 on the basis of a valid permanent residence permit issued in accordance with Ukrainian law, and who are unable to return in safe and durable conditions to their country or region of origin. This protection should take the form of either applying this Decision to them, or of other adequate protection under national law, to be decided upon by each Member State. Those seeking to benefit from the protection should be able to prove that they fulfil these eligibility criteria by presenting the relevant documents to the competent authorities in the Member State concerned. If they are unable to present the relevant documents, Member States should redirect them to the appropriate procedure.
- (13) In accordance with Directive 2001/55/EC, Member States may extend temporary protection to all other stateless persons or nationals of third countries other than Ukraine residing legally in Ukraine who are unable to return in safe and durable conditions to their country or region of origin. Such persons could include third-country nationals who were studying or working in Ukraine on a short-term basis at the time of the events leading to the mass influx

⁽²⁾ Regulation (EU) 2018/1806 of the European Parliament and of the Council of 14 November 2018 listing the third countries whose nationals must be in possession of visas when crossing the external borders and those whose nationals are exempt from that requirement (OJ L 303, 28.11.2018, p. 39).

of displaced persons. Such persons should in any event be admitted into the Union on humanitarian grounds without requiring, in particular, possession of a valid visa or sufficient means of subsistence or valid travel documents, to ensure safe passage with a view to returning to their country or region of origin.

- (14) Member States may also extend temporary protection to additional categories of displaced persons above and beyond those to whom this Decision applies, where those persons are displaced for the same reasons and from the same country or region of origin as referred to in this Decision. In that case, the Member States should notify the Council and the Commission immediately. In this context, Member States should be encouraged to consider extending temporary protection to those persons who fled Ukraine not long before 24 February 2022 as tensions increased or who found themselves in the territory of the Union (e.g. on holidays or for work reasons) just before that date and who, as a result of the armed conflict, cannot return to Ukraine.
- (15) It is noted that Member States have agreed in a statement that they will not apply Article 11 of Directive 2001/55/EC.
- (16) Temporary protection is the most appropriate instrument in the current situation. Given the extraordinary and exceptional situation, including the military invasion of Ukraine by the Russian Federation and the scale of the mass influx of displaced persons, temporary protection should allow them to enjoy harmonised rights across the Union that offer an adequate level of protection. Introducing temporary protection is also expected to benefit the Member States, as the rights accompanying temporary protection limit the need for displaced persons to immediately seek international protection and thus the risk of overwhelming their asylum systems, as they reduce formalities to a minimum because of the urgency of the situation. Furthermore, Ukrainian nationals, as visa-free travellers, have the right to move freely within the Union after being admitted into the territory for a 90-day period. On this basis, they are able to choose the Member State in which they want to enjoy the rights attached to temporary protection and to join their family and friends across the significant diaspora networks that currently exist across the Union. This will in practice facilitate a balance of efforts between Member States, thereby reducing the pressure on national reception systems. Once a Member State has issued a residence permit in accordance with Directive 2001/55/EC, the person enjoying temporary protection, whilst having the right to travel within the Union for 90 days within a 180-day period, should be able to avail of the rights derived from temporary protection only in the Member State that issued the residence permit. This should be without prejudice to the possibility for a Member State to decide to issue, at any time, a residence permit to persons enjoying temporary protection under this Decision.
- (17) This Decision is compatible with, and can be applied in complementarity with, national temporary protection schemes, which can be considered as implementing Directive 2001/55/EC. If the Member State has a national scheme that is more favourable than the arrangements set out in Directive 2001/55/EC, the Member State should be able to continue applying it, since that Directive provides that Member States may adopt or retain more favourable conditions for persons covered by temporary protection. However, should the national scheme be less favourable, the Member State should ensure the additional rights provided for in Directive 2001/55/EC.
- (18) Directive 2001/55/EC takes duly into account the responsibilities incumbent on Member States with regard to the maintenance of law and order and the safeguarding of internal security, as it allows Member States to exclude a displaced person from temporary protection where there are serious reasons for considering that the person: has committed a crime against peace, a war crime, or a crime against humanity, as defined in the international instruments drawn up to make provision in respect of such crimes; has committed a serious non-political crime outside the Member State of reception prior to admission to that Member State as a person enjoying temporary protection; or has been found guilty of acts contrary to the purposes and principles of the UN. The Directive also allows Member States to exclude a displaced person from temporary protection where there are reasonable grounds for regarding that person as a danger to the security of the host Member State or a danger to the community of the host Member State.
- (19) When providing temporary protection, Member States should ensure that the processing of personal data of the persons enjoying temporary protection respects the requirements laid down in the data protection *acquis* of the Union, in particular in Regulation (EU) 2016/679 of the European Parliament and the Council ⁽³⁾.

⁽³⁾ Regulation (EU) 2016/679 of the European Parliament and of the Council of 27 April 2016 on the protection of natural persons with regard to the processing of personal data and on the free movement of such data, and repealing Directive 95/46/EC (General Data Protection Regulation) (OJ L 119, 4.5.2016, p. 1).

- (20) This Decision should allow the Union to coordinate and closely monitor the reception capacity in Member States so as to take action and provide additional support as needed. Directive 2001/55/EC requires Member States, in liaison with the Commission, to cooperate and exchange information to facilitate the implementation of temporary protection. That should be done through a 'Solidarity Platform' whereby Member States exchange information regarding their reception capacities and number of persons enjoying temporary protection in their territories. So far, based on the information reported by a few Member States in the context of the EU Migration Preparedness and Crisis Management Network, reception capacities, over and above the absorption capacity of the Ukrainian diaspora residing in the Union, exceed 310 000 places. For the purpose of that exchange of information, the Commission should take up a coordinating role. Furthermore, in recent years, various platforms have been established with the aim of ensuring cooperation between Member States, of which the EU Migration Preparedness and Crisis Management Network (in accordance with Commission Recommendation (EU) 2020/1366 ⁽⁴⁾) is the most appropriate network for the administrative cooperation provided for in Directive 2001/55/EC. Member States should also contribute to a Union common situational awareness through sharing of relevant information through the integrated political crisis response (IPCR) arrangements ⁽⁵⁾. The European External Action Service should be consulted where relevant. In this context, Member States should also work closely with the UN High Commissioner for Refugees.
- (21) In accordance with Directive 2001/55/EC, the duration of temporary protection should be for an initial period of one year. Unless terminated under the terms of Article 6(1), point (b), of that Directive, that period should be extended automatically by six monthly periods for a maximum of one year. The Commission will keep the situation under constant monitoring and review. At any time, it may propose to the Council to end the temporary protection, based on the fact that the situation in Ukraine is such as to permit the safe and durable return of those granted temporary protection, or propose that the Council extend the temporary protection by up to one year.
- (22) For the purpose of Article 24 of Directive 2001/55/EC, the reference to the European Refugee Fund set up by Council Decision 2000/596/EC ⁽⁶⁾ should be read as a reference to the Asylum, Migration and Integration Fund set up by Regulation (EU) 2021/1147 of the European Parliament and of the Council ⁽⁷⁾. All the efforts of Member States to comply with the obligations deriving from this Decision will be supported financially by the Union Funds. Emergency and flexibility mechanisms within the Multiannual Financial Framework 2021-2027 may also mobilise funds to address specific emergency needs within Member States. Furthermore, the Union Civil Protection Mechanism ⁽⁸⁾ has been activated ⁽⁹⁾. Through that Mechanism, Member States can request items crucial for attending to the needs of the displaced persons from Ukraine present in their territory and can benefit from co-financing for delivering such assistance.
- (23) Since the adoption of Directive 2001/55/EC, several Union agencies have been established, or the mandates of those established before then have been strengthened. In that context, the Commission should cooperate with the European Border and Coast Guard Agency (Frontex), the European Union Asylum Agency, and the European Union Agency for Law Enforcement Cooperation (Europol), with a view to keeping the situation under constant monitoring and review. In addition, Frontex, the European Asylum Agency (EUAA) and Europol should provide operational support to Member States that have requested assistance to help them cope with the situation, including for the purposes of applying this Decision.
- (24) This Decision respects the fundamental rights and observes the principles recognised by the Charter of Fundamental Rights of the European Union.
- (25) Ireland is bound by Directive 2001/55/EC and is therefore taking part in the adoption of this Decision.

⁽⁴⁾ Commission Recommendation (EU) 2020/1366 of 23 September 2020 on an EU mechanism for preparedness and management of crises related to migration (OJ L 317, 1.10.2020, p. 26).

⁽⁵⁾ Council Implementing Decision (EU) 2018/1993 of 11 December 2018 on the EU Integrated Political Crisis Response Arrangements (OJ L 320, 17.12.2018, p. 28).

⁽⁶⁾ Council Decision 2000/596/EC of 28 September 2000 establishing a European Refugee Fund (OJ L 252, 6.10.2000, p. 12).

⁽⁷⁾ Regulation (EU) 2021/1147 of the European Parliament and of the Council of 7 July 2021 establishing the Asylum, Migration and Integration Fund (OJ L 251, 15.7.2021, p. 1).

⁽⁸⁾ Regulation (EU) 2021/836 of the European Parliament and of the Council of 20 May 2021 amending Decision No 1313/2013/EU on a Union Civil Protection Mechanism (OJ L 185, 26.5.2021, p. 1).

⁽⁹⁾ As of 28 February 2022 by Slovakia.

- (26) In accordance with Articles 1 and 2 of Protocol No 22 on the position of Denmark, annexed to the Treaty on the European Union and to the Treaty on the Functioning of the European Union, Denmark is not taking part in the adoption of this Decision and is not bound by it or subject to its application.
- (27) In view of the urgency of the situation, this Decision should enter into force on the day of its publication in the *Official Journal of the European Union*,

HAS ADOPTED THIS DECISION:

Article 1

Subject matter

The existence of a mass influx into the Union of displaced persons who have had to leave Ukraine as a consequence of an armed conflict is hereby established.

Article 2

The persons to whom the temporary protection applies

1. This Decision applies to the following categories of persons displaced from Ukraine on or after 24 February 2022, as a result of the military invasion by Russian armed forces that began on that date:
 - (a) Ukrainian nationals residing in Ukraine before 24 February 2022;
 - (b) stateless persons, and nationals of third countries other than Ukraine, who benefited from international protection or equivalent national protection in Ukraine before 24 February 2022; and,
 - (c) family members of the persons referred to in points (a) and (b).
2. Member States shall apply either this Decision or adequate protection under their national law, in respect of stateless persons, and nationals of third countries other than Ukraine, who can prove that they were legally residing in Ukraine before 24 February 2022 on the basis of a valid permanent residence permit issued in accordance with Ukrainian law, and who are unable to return in safe and durable conditions to their country or region of origin.
3. In accordance with Article 7 of Directive 2001/55/EC, Member States may also apply this Decision to other persons, including to stateless persons and to nationals of third countries other than Ukraine, who were residing legally in Ukraine and who are unable to return in safe and durable conditions to their country or region of origin.
4. For the purposes of paragraph 1, point (c), the following persons shall be considered to be part of a family, in so far as the family was already present and residing in Ukraine before 24 February 2022:
 - (a) the spouse of a person referred to in paragraph 1, point (a) or (b), or the unmarried partner in a stable relationship, where the legislation or practice of the Member State concerned treats unmarried couples in a way comparable to married couples under its national law relating to aliens;
 - (b) the minor unmarried children of a person referred to in paragraph 1, point (a) or (b), or of his or her spouse, without distinction as to whether they were born in or out wedlock or adopted;
 - (c) other close relatives who lived together as part of the family unit at the time of the circumstances surrounding the mass influx of displaced persons, and who were wholly or mainly dependent on a person referred to in paragraph 1, point (a) or (b) at the time.

*Article 3***Cooperation and monitoring**

1. For the purposes of Article 27 of Directive 2001/55/EC, Member States shall use the EU Migration Preparedness and Crisis Management Network, in accordance with Recommendation (EU) 2020/1366. Member States should also contribute to a Union common situational awareness by sharing relevant information through the integrated political crisis response (IPCR) arrangements.
2. The Commission shall coordinate the cooperation and the exchange of information among Member States, in particular in relation to monitoring the reception capacities in each Member State and identifying any need for additional support.

For that purpose, the Commission, in cooperation with Member States, the European Border and Coast Guard Agency (Frontex), the European Union Asylum Agency (EUAA) and the European Union Agency for Law Enforcement Cooperation (Europol) shall keep the situation under constant monitoring and review, while making use of the EU Migration Preparedness and Crisis Management Network.

In addition, Frontex, the EUAA and Europol shall provide operational support to Member States requesting their assistance in coping with the situation, including for the purposes of applying this Decision.

*Article 4***Entry into force**

This Decision shall enter into force on the same day of its publication in the *Official Journal of the European Union*.

Done at Brussels, 4 March 2022

For the Council
The President
J. BORRELL FONTELLES

Імплементативне рішення Ради (ЄС) 2022/382 від 4 березня 2022 року, що встановлює факт масового напливу переміщених осіб з України у значенні статті 5 Директиви 2001/55/ЄС та запроваджує тимчасовий захист

Документ	Council Implementing Decision (EU) 2022/382 of 4 March 2022 (mass influx of displaced persons from Ukraine)
Номер	(EU) 2022/382
Дата	2022-03-04
Орган	Council of the European Union
Мова перекладу	Переклад українською

РАДА ЄВРОПЕЙСЬКОГО СОЮЗУ,

беручи до уваги Договір про функціонування Європейського Союзу,

беручи до уваги Директиву Ради 2001/55/ЄС від 20 липня 2001 року про мінімальні стандарти надання тимчасового захисту у разі масового напливу переміщених осіб та про заходи, що сприяють балансу зусиль між державами-членами під час приймання таких осіб і несення пов'язаних із цим наслідків, і зокрема статтю 5 цієї Директиви,

беручи до уваги пропозицію Європейської комісії,

враховуючи таке:

Преамбула

(1) 24 лютого 2022 року збройні сили росії розпочали широкомасштабне вторгнення в Україну в багатьох місцях з території Російської Федерації, з Білорусі та з непідконтрольних уряду районів України.

(2) Унаслідок цього значні території України тепер є зонами збройного конфлікту, з яких втекли або тікають тисячі людей.

(3) Після вторгнення, спрямованого на підриг європейської та глобальної безпеки і стабільності, Європейська рада у своїх висновках від 24 лютого 2022 року найрішучіше засудила неспровоковану та невиправдану військову агресію росії проти України, підкресливши грубе порушення міжнародного права і принципів Статуту ООН. Європейська рада вимагала повної поваги з боку росії до територіальної цілісності, суверенітету та незалежності України в її міжнародно визнаних кордонах, включно з правом України самостійно визначати свою долю. Європейська рада також підтвердила, що російський уряд несе повну відповідальність за свій акт агресії, який спричиняє людські страждання та загибель

людей, і що він буде притягнутий до відповідальності за свої дії. На знак солідарності з Україною Європейська рада погодила подальші санкції, закликала вести роботу з готовності на всіх рівнях і запропонувала Комісії висунути заходи на випадок надзвичайних ситуацій.

(4) Союз продемонстрував і продовжуватиме демонструвати свою рішучу підтримку України та її громадян перед лицем безпрецедентного акту агресії з боку Російської Федерації. Це Рішення є частиною відповіді Союзу на міграційний тиск, спричинений російським військовим вторгненням в Україну.

(5) Конфлікт уже має наслідки для Союзу, включно з імовірністю високого міграційного тиску на його східні кордони в міру розгортання конфлікту. Станом на 1 березня 2022 року до Союзу з України через Польщу, Словаччину, Угорщину та Румунію прибуло понад 650 000 переміщених осіб. Очікується, що ці цифри зростатимуть.

(6) Україна внесена до Додатка II до Регламенту (ЄС) 2018/1806, і громадяни України звільнені від вимоги мати візу під час перетину зовнішніх кордонів держав-членів для перебування не більше 90 днів упродовж будь-якого 180-денного періоду. З огляду на досвід, отриманий після незаконної анексії росією у 2014 році Автономної Республіки Крим та міста Севастополя, а також війни на сході України, очікується, що половина українців, які прибувають до Союзу та користуються безвізовим короткостроковим в'їздом, возз'єднаються з членами родини або шукатимуть роботу в Союзі, тоді як інша половина клопотатиме про міжнародний захист. Залежно від розвитку конфлікту, згідно з поточними оцінками, Союз, імовірно, зіткнеться з дуже великою кількістю переміщених осіб — потенційно від 2,5 до 6,5 мільйона внаслідок збройного конфлікту, з яких, як очікується, від 1,2 до 3,2 мільйона шукатимуть міжнародний захист. Верховний комісар ООН у справах біженців оцінює, що за найгіршим сценарієм Україну можуть залишити до 4 мільйонів осіб.

(7) Ці цифри показують, що Союз, імовірно, зіткнеться із ситуацією, що характеризується масовим напливом переміщених осіб з України, які не можуть повернутися до своєї країни чи регіону походження внаслідок російської військової агресії. Масштаб напливу, ймовірно, буде таким, що виникає явний ризик того, що системи надання притулку держав-членів не зможуть опрацювати прибулих без несприятливого впливу на їх ефективну роботу та на інтереси відповідних осіб та інших осіб, які звертаються по захист.

(8) ООН оголосила Гуманітарний екстрений заклик щодо потреб у захисті та допомозі в Україні, а також Регіональний план реагування на ситуацію з біженцями з України, що містить відомості про кількість тих, хто потребує допомоги, та тих, на кого буде спрямовано допомогу.

(9) Верховний комісар ООН у справах біженців привітав підтримку, висловлену багатьма державами-членами щодо активації тимчасового захисту, передбаченого Директивою 2001/55/ЄС, аби забезпечити негайний і тимчасовий притулок у Союзі та

полегшити розподіл відповідальності за людей, які тікають з України, між державами-членами.

(10) У відповідь на цю ситуацію слід встановити наявність масового напливу переміщених осіб у значенні Директиви 2001/55/ЕС, аби надати їм тимчасовий захист.

(11) Метою цього Рішення є запровадження тимчасового захисту для громадян України, які проживали в Україні та були переміщені 24 лютого 2022 року або після цієї дати внаслідок військового вторгнення російських збройних сил, що почалося цього дня. Тимчасовий захист слід також запровадити для громадян третіх країн, крім України, які були переміщені з України 24 лютого 2022 року або після цієї дати і які до 24 лютого 2022 року користувалися в Україні статусом біженця або еквівалентним захистом. Крім того, важливо зберегти єдність родин та уникнути розбіжностей у статусах між членами однієї родини. Тому необхідно також запровадити тимчасовий захист для членів родин таких осіб, якщо їхні родини вже перебували та проживали в Україні під час обставин, пов'язаних із масовим напливом переміщених осіб.

(12) Доцільно також передбачити захист осіб без громадянства та громадян третіх країн, крім України, які можуть довести, що вони на законних підставах проживали в Україні до 24 лютого 2022 року на підставі чинного посвідки на постійне проживання, виданого відповідно до українського законодавства, і які не можуть безпечно та на сталій основі повернутися до своєї країни чи регіону походження. Такий захист має набувати форми або застосування до них цього Рішення, або іншого належного захисту згідно з національним законодавством, що визначається кожною державою-членом. Особи, які бажають скористатися захистом, повинні мати змогу довести, що вони відповідають цим критеріям прийнятності, пред'явивши відповідні документи компетентним органам відповідної держави-члена. Якщо вони не можуть пред'явити відповідні документи, держави-члени мають скерувати їх до належної процедури.

(13) Відповідно до Директиви 2001/55/ЕС держави-члени можуть поширити тимчасовий захист на всіх інших осіб без громадянства або громадян третіх країн, крім України, які законно проживали в Україні та не можуть безпечно і на сталій основі повернутися до своєї країни чи регіону походження. До таких осіб можуть належати громадяни третіх країн, які навчалися або працювали в Україні на короткостроковій основі під час подій, що призвели до масового напливу переміщених осіб. Такі особи в будь-якому разі мають бути допущені до Союзу з гуманітарних міркувань без вимоги, зокрема, наявності чинної візи, достатніх засобів до існування чи чинних проїзних документів, аби забезпечити безпечний проїзд з метою повернення до країни чи регіону їхнього походження.

(14) Держави-члени можуть також поширити тимчасовий захист на додаткові категорії переміщених осіб понад тих, до яких застосовується це Рішення, якщо такі особи переміщені з тих самих причин і з тієї самої країни чи регіону походження, що

зазначені в цьому Рішенні. У такому разі держави-члени мають негайно повідомити Раду та Комісію. У цьому контексті державам-членам слід рекомендувати розглянути можливість поширення тимчасового захисту на тих осіб, які втекли з України незадовго до 24 лютого 2022 року в міру зростання напруженості або які опинилися на території Союзу (наприклад, на відпочинку чи у робочих справах) безпосередньо перед цією датою і які внаслідок збройного конфлікту не можуть повернутися в Україну.

(15) Зазначається, що держави-члени в заяві погодилися не застосовувати статтю 11 Директиви 2001/55/ЕС.

(16) Тимчасовий захист є найбільш придатним інструментом у поточній ситуації. З огляду на надзвичайну та виняткову ситуацію, включно з військовим вторгненням росії в Україну та масштабом масового напливу переміщених осіб, тимчасовий захист має дозволити їм користуватися гармонізованими правами по всьому Союзу, що забезпечують належний рівень захисту. Очікується, що запровадження тимчасового захисту також принесе користь державам-членам, оскільки права, що супроводжують тимчасовий захист, обмежують потребу переміщених осіб негайно шукати міжнародний захист і, отже, ризик перевантаження їхніх систем притулку, зводячи формальності до мінімуму з огляду на терміновість ситуації. Крім того, громадяни України як безвізові мандрівники мають право вільно пересуватися в межах Союзу після допуску на територію протягом 90-денного періоду. На цій підставі вони можуть обрати державу-члена, у якій бажають користуватися правами, пов'язаними з тимчасовим захистом, і возз'єднатися з родиною та друзями в рамках значних діаспорних мереж, що існують сьогодні по всьому Союзу. На практиці це полегшить баланс зусиль між державами-членами, зменшуючи навантаження на національні системи приймання. Після того як держава-член видала посвідку на проживання відповідно до Директиви 2001/55/ЕС, особа, яка користується тимчасовим захистом, маючи право пересуватися в межах Союзу протягом 90 днів будь-якого 180-денного періоду, має змогу користуватися правами, що впливають із тимчасового захисту, лише в державі-члені, яка видала посвідку. Це не зачіпає можливості держави-члена ухвалити рішення про видачу в будь-який час посвідки на проживання особам, які користуються тимчасовим захистом згідно з цим Рішенням.

(17) Це Рішення сумісне з національними схемами тимчасового захисту і може застосовуватися на додаток до них; такі схеми можуть розглядатися як такі, що реалізують Директиву 2001/55/ЕС. Якщо в державі-члена є національна схема, більш сприятлива, ніж механізми, встановлені Директивою 2001/55/ЕС, держава-член має змогу продовжувати її застосовувати, оскільки ця Директива передбачає, що держави-члени можуть ухвалювати або зберігати більш сприятливі умови для осіб, охоплених тимчасовим захистом. Проте якщо національна схема менш сприятлива, держава-член має забезпечити додаткові права, передбачені Директивою 2001/55/ЕС.

(18) Директива 2001/55/ЄС належним чином враховує обов'язки держав-членів щодо підтримання правопорядку та забезпечення внутрішньої безпеки, оскільки вона дозволяє державам-членам виключити переміщену особу з тимчасового захисту за наявності серйозних підстав вважати, що ця особа: вчинила злочин проти миру, воєнний злочин або злочин проти людяності, як їх визначено в міжнародних документах, розроблених для врегулювання таких злочинів; вчинила серйозний неполітичний злочин за межами приймаючої держави-члена до допуску до неї як особи, яка користується тимчасовим захистом; або визнана винною у діях, що суперечать цілям і принципам ООН. Директива також дозволяє державам-членам виключити переміщену особу з тимчасового захисту за наявності розумних підстав вважати цю особу небезпечною для безпеки приймаючої держави-члена або для суспільства приймаючої держави-члена.

(19) Під час надання тимчасового захисту держави-члени мають забезпечити, щоб обробка персональних даних осіб, які користуються тимчасовим захистом, відповідала вимогам, установленим у законодавстві Союзу про захист даних, зокрема в Регламенті (ЄС) 2016/679 Європейського парламенту і Ради.

(20) Це Рішення має дозволити Союзу координувати та уважно відстежувати спроможність приймання в державах-членах, аби вживати заходів і надавати додаткову підтримку за потреби. Директива 2001/55/ЄС вимагає, щоб держави-члени у взаємодії з Комісією співпрацювали та обмінювалися інформацією для полегшення реалізації тимчасового захисту. Це має здійснюватися через «Платформу солідарності», у межах якої держави-члени обмінюються інформацією про свою спроможність приймання та кількість осіб, які користуються тимчасовим захистом на їхніх територіях. Для цілей такого обміну інформацією координаційну роль має взяти на себе Комісія. Держави-члени мають також сприяти формуванню спільної обізнаності Союзу про ситуацію, обмінюючись відповідною інформацією через механізми інтегрованого політичного реагування на кризи (IPCR). У цьому контексті держави-члени мають тісно співпрацювати з Верховним комісаром ООН у справах біженців.

(21) Відповідно до Директиви 2001/55/ЄС строк тимчасового захисту має становити початковий період в один рік. Якщо його не припинено на умовах статті 6(1), пункт (b), цієї Директиви, цей період автоматично продовжується на шестимісячні періоди на максимальний строк в один рік. Комісія постійно відстежуватиме та аналізуватиме ситуацію. У будь-який час вона може запропонувати Раді припинити тимчасовий захист на підставі того, що ситуація в Україні дозволяє безпечно і стале повернення осіб, які отримали тимчасовий захист, або запропонувати Раді продовжити тимчасовий захист на строк до одного року.

(22) Для цілей статті 24 Директиви 2001/55/ЄС посилання на Європейський фонд для біженців, заснований Рішенням Ради 2000/596/ЄС, слід розуміти як посилання на Фонд притулку, міграції та інтеграції, заснований Регламентом (ЄС) 2021/1147. Усі зусилля держав-членів з виконання зобов'язань, що випливають із цього Рішення,

будуть фінансово підтримані фондами Союзу.

(23) Із моменту ухвалення Директиви 2001/55/ЕС було створено низку агентств Союзу або посилено мандати створених раніше. У цьому контексті Комісія має співпрацювати з Європейським агентством прикордонної та берегової охорони (Frontex), Агентством Європейського Союзу з питань притулку та Агентством Європейського Союзу зі співробітництва у правоохоронній сфері (Europol) з метою постійного моніторингу та аналізу ситуації. Крім того, Frontex, EUAA та Europol мають надавати оперативну підтримку державам-членам, які звернулися по допомогу.

(24) Це Рішення поважає основні права та дотримується принципів, визнаних Хартією основних прав Європейського Союзу.

(25) Ірландія пов'язана Директивою 2001/55/ЕС і тому бере участь в ухваленні цього Рішення.

(26) Відповідно до статей 1 і 2 Протоколу № 22 про позицію Данії, доданого до Договору про Європейський Союз та до Договору про функціонування Європейського Союзу, Данія не бере участі в ухваленні цього Рішення, не пов'язана ним і не підпадає під його застосування.

(27) З огляду на терміновість ситуації це Рішення має набути чинності в день його опублікування в «Офіційному віснику Європейського Союзу».

УХВАЛИЛА ЦЕ РІШЕННЯ:

Стаття 1. Предмет

Цим встановлюється факт масового напливу до Союзу переміщених осіб, які були змушені залишити Україну внаслідок збройного конфлікту.

Стаття 2. Особи, до яких застосовується тимчасовий захист

1. Це Рішення застосовується до таких категорій осіб, переміщених з України 24 лютого 2022 року або після цієї дати внаслідок військового вторгнення російських збройних сил, що почалося цього дня:

(а) громадяни України, які проживали в Україні до 24 лютого 2022 року;

(b) особи без громадянства та громадяни третіх країн, крім України, які до 24 лютого 2022 року користувалися в Україні міжнародним захистом або еквівалентним національним захистом; та

(c) члени родин осіб, зазначених у пунктах (а) і (b).

2. Держави-члени застосовують або це Рішення, або належний захист відповідно до свого національного законодавства щодо осіб без громадянства та громадян третіх країн, крім України, які можуть довести, що вони на законних підставах проживали в Україні до 24 лютого 2022 року на підставі чинної посвідки на постійне проживання, виданої відповідно до українського законодавства, і які не можуть безпечно та на сталій основі повернутися до своєї країни чи регіону походження.

3. Відповідно до статті 7 Директиви 2001/55/ЄС держави-члени можуть також застосовувати це Рішення до інших осіб, включно з особами без громадянства та громадянами третіх країн, крім України, які законно проживали в Україні та не можуть безпечно і на сталій основі повернутися до своєї країни чи регіону походження.

4. Для цілей пункту (с) параграфа 1 частиною родини вважаються такі особи, за умови що родина вже перебувала та проживала в Україні до 24 лютого 2022 року:

(а) чоловік/дружина особи, зазначеної в пункті (а) або (b) параграфа 1, або партнер, який не перебуває у шлюбі, у сталих стосунках, якщо законодавство чи практика відповідної держави-члена розглядає пари, що не перебувають у шлюбі, порівнянно з подружніми парами в межах національного законодавства про іноземців;

(b) неповнолітні діти, які не перебувають у шлюбі, особи, зазначеної в пункті (а) або (b) параграфа 1, або її чоловіка/дружини, незалежно від того, народжені вони у шлюбі чи поза шлюбом або усиновлені;

(с) інші близькі родичі, які проживали разом як частина родини під час обставин, пов'язаних із масовим напливом переміщених осіб, і які на той час повністю або переважно перебували на утриманні особи, зазначеної в пункті (а) або (b) параграфа 1.

Стаття 3. Співпраця та моніторинг

1. Для цілей статті 27 Директиви 2001/55/ЄС держави-члени використовують Мережу ЄС з готовності до міграції та управління кризами відповідно до Рекомендації (ЄС) 2020/1366. Держави-члени мають також сприяти спільній обізнаності Союзу про ситуацію, обмінюючись відповідною інформацією через механізми інтегрованого політичного реагування на кризи (IPCR).

2. Комісія координує співпрацю та обмін інформацією між державами-членами, зокрема щодо моніторингу спроможності приймання в кожній державі-члені та виявлення потреби в додатковій підтримці.

Для цієї мети Комісія у співпраці з державами-членами, Frontex, EUAA та Europol постійно відстежує та аналізує ситуацію, використовуючи Мережу ЄС з готовності до міграції та управління кризами.

Крім того, Frontex, EUAA та Europol надають оперативну підтримку державам-членам, які звертаються по їхню допомогу в подоланні ситуації, зокрема для цілей застосування цього Рішення.

Стаття 4. Набуття чинності

Це Рішення набуває чинності в день його опублікування в «Офіційному віснику Європейського Союзу».

Вчинено у Брюсселі 4 березня 2022 року. За Раду — Голова Ж. БОРРЕЛЬ ФОНТЕЛЬЄС (J. BORRELL FONTELLES).

**COUNCIL DIRECTIVE 2001/55/EC
of 20 July 2001**

on minimum standards for giving temporary protection in the event of a mass influx of displaced persons and on measures promoting a balance of efforts between Member States in receiving such persons and bearing the consequences thereof

THE COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION,

Having regard to the Treaty establishing the European Community, and in particular point 2(a) and (b) of Article 63 thereof,

Having regard to the proposal from the Commission ⁽¹⁾

Having regard to the opinion of the European Parliament ⁽²⁾,

Having regard to the opinion of the Economic and Social Committee ⁽³⁾,

Having regard to the opinion of the Committee of the Regions ⁽⁴⁾,

Whereas:

(1) The preparation of a common policy on asylum, including common European arrangements for asylum, is a constituent part of the European Union's objective of establishing progressively an area of freedom, security and justice open to those who, forced by circumstances, legitimately seek protection in the European Union.

(2) Cases of mass influx of displaced persons who cannot return to their country of origin have become more substantial in Europe in recent years. In these cases it may be necessary to set up exceptional schemes to offer them immediate temporary protection.

(3) In the conclusions relating to persons displaced by the conflict in the former Yugoslavia adopted by the Ministers responsible for immigration at their meetings in London on 30 November and 1 December 1992 and Copenhagen on 1 and 2 June 1993, the Member States and the Community institutions expressed their concern at the situation of displaced persons.

(4) On 25 September 1995 the Council adopted a Resolution on burden-sharing with regard to the admission and residence of displaced persons on a temporary basis ⁽⁵⁾, and, on 4 March 1996, adopted Decision 96/198/JHA on an alert and emergency procedure for burden-sharing

with regard to the admission and residence of displaced persons on a temporary basis ⁽⁶⁾.

(5) The Action Plan of the Council and the Commission of 3 December 1998 ⁽⁷⁾ provides for the rapid adoption, in accordance with the Treaty of Amsterdam, of minimum standards for giving temporary protection to displaced persons from third countries who cannot return to their country of origin and of measures promoting a balance of effort between Member States in receiving and bearing the consequences of receiving displaced persons.

(6) On 27 May 1999 the Council adopted conclusions on displaced persons from Kosovo. These conclusions call on the Commission and the Member States to learn the lessons of their response to the Kosovo crisis in order to establish the measures in accordance with the Treaty.

(7) The European Council, at its special meeting in Tampere on 15 and 16 October 1999, acknowledged the need to reach agreement on the issue of temporary protection for displaced persons on the basis of solidarity between Member States.

(8) It is therefore necessary to establish minimum standards for giving temporary protection in the event of a mass influx of displaced persons and to take measures to promote a balance of efforts between the Member States in receiving and bearing the consequences of receiving such persons.

(9) Those standards and measures are linked and interdependent for reasons of effectiveness, coherence and solidarity and in order, in particular, to avert the risk of secondary movements. They should therefore be enacted in a single legal instrument.

(10) This temporary protection should be compatible with the Member States' international obligations as regards refugees. In particular, it must not prejudice the recognition of refugee status pursuant to the Geneva Convention of 28 July 1951 on the status of refugees, as amended by the New York Protocol of 31 January 1967, ratified by all the Member States.

⁽¹⁾ OJ C 311 E, 31.10.2000, p. 251.

⁽²⁾ Opinion delivered on 13 March 2001 (not yet published in the Official Journal).

⁽³⁾ OJ C 155, 29.5.2001, p. 21.

⁽⁴⁾ Opinion delivered on 13 June 2001 (not yet published in the Official Journal).

⁽⁵⁾ OJ C 262, 7.10.1995, p. 1.

⁽⁶⁾ OJ L 63, 13.3.1996, p. 10.

⁽⁷⁾ OJ C 19, 20.1.1999, p. 1.

- (11) The mandate of the United Nations High Commissioner for Refugees regarding refugees and other persons in need of international protection should be respected, and effect should be given to Declaration No 17, annexed to the Final Act to the Treaty of Amsterdam, on Article 63 of the Treaty establishing the European Community which provides that consultations are to be established with the United Nations High Commissioner for Refugees and other relevant international organisations on matters relating to asylum policy.
- (12) It is in the very nature of minimum standards that Member States have the power to introduce or maintain more favourable provisions for persons enjoying temporary protection in the event of a mass influx of displaced persons.
- (13) Given the exceptional character of the provisions established by this Directive in order to deal with a mass influx or imminent mass influx of displaced persons from third countries who are unable to return to their country of origin, the protection offered should be of limited duration.
- (14) The existence of a mass influx of displaced persons should be established by a Council Decision, which should be binding in all Member States in relation to the displaced persons to whom the Decision applies. The conditions for the expiry of the Decision should also be established.
- (15) The Member States' obligations as to the conditions of reception and residence of persons enjoying temporary protection in the event of a mass influx of displaced persons should be determined. These obligations should be fair and offer an adequate level of protection to those concerned.
- (16) With respect to the treatment of persons enjoying temporary protection under this Directive, the Member States are bound by obligations under instruments of international law to which they are party and which prohibit discrimination.
- (17) Member States should, in concert with the Commission, enforce adequate measures so that the processing of personal data respects the standard of protection of Directive 95/46/EC of the European Parliament and the Council of 24 October 1995 on the protection of individuals with regard to the processing of personal data and on the free movement of such data ⁽¹⁾.
- (18) Rules should be laid down to govern access to the asylum procedure in the context of temporary protection in the event of a mass influx of displaced persons, in conformity with the Member States' international obligations and with the Treaty.
- (19) Provision should be made for principles and measures governing the return to the country of origin and the measures to be taken by Member States in respect of persons whose temporary protection has ended.
- (20) Provision should be made for a solidarity mechanism intended to contribute to the attainment of a balance of effort between Member States in receiving and bearing the consequences of receiving displaced persons in the event of a mass influx. The mechanism should consist of two components. The first is financial and the second concerns the actual reception of persons in the Member States.
- (21) The implementation of temporary protection should be accompanied by administrative cooperation between the Member States in liaison with the Commission.
- (22) It is necessary to determine criteria for the exclusion of certain persons from temporary protection in the event of a mass influx of displaced persons.
- (23) Since the objectives of the proposed action, namely to establish minimum standards for giving temporary protection in the event of a mass influx of displaced persons and measures promoting a balance of efforts between the Member States in receiving and bearing the consequences of receiving such persons, cannot be sufficiently attained by the Member States and can therefore, by reason of the scale or effects of the proposed action, be better achieved at Community level, the Community may adopt measures in accordance with the principle of subsidiarity as set out in Article 5 of the Treaty. In accordance with the principle of proportionality as set out in that Article, this Directive does not go beyond what is necessary in order to achieve those objectives.
- (24) In accordance with Article 3 of the Protocol on the position of the United Kingdom and Ireland, annexed to the Treaty on European Union and to the Treaty establishing the European Community, the United Kingdom gave notice, by letter of 27 September 2000, of its wish to take part in the adoption and application of this Directive.
- (25) Pursuant to Article 1 of the said Protocol, Ireland is not participating in the adoption of this Directive. Consequently and without prejudice to Article 4 of the aforementioned Protocol, the provisions of this Directive do not apply to Ireland.
- (26) In accordance with Articles 1 and 2 of the Protocol on the position of Denmark, annexed to the Treaty on European Union and to the Treaty establishing the European Community, Denmark is not participating in the adoption of this Directive, and is therefore not bound by it nor subject to its application,

⁽¹⁾ OJ L 281, 23.11.1995, p. 31.

HAS ADOPTED THIS DIRECTIVE:

CHAPTER I

General provisions

Article 1

The purpose of this Directive is to establish minimum standards for giving temporary protection in the event of a mass influx of displaced persons from third countries who are unable to return to their country of origin and to promote a balance of effort between Member States in receiving and bearing the consequences of receiving such persons.

Article 2

For the purposes of this Directive:

- (a) 'temporary protection' means a procedure of exceptional character to provide, in the event of a mass influx or imminent mass influx of displaced persons from third countries who are unable to return to their country of origin, immediate and temporary protection to such persons, in particular if there is also a risk that the asylum system will be unable to process this influx without adverse effects for its efficient operation, in the interests of the persons concerned and other persons requesting protection;
- (b) 'Geneva Convention' means the Convention of 28 July 1951 relating to the status of refugees, as amended by the New York Protocol of 31 January 1967;
- (c) 'displaced persons' means third-country nationals or stateless persons who have had to leave their country or region of origin, or have been evacuated, in particular in response to an appeal by international organisations, and are unable to return in safe and durable conditions because of the situation prevailing in that country, who may fall within the scope of Article 1A of the Geneva Convention or other international or national instruments giving international protection, in particular:
 - (i) persons who have fled areas of armed conflict or endemic violence;
 - (ii) persons at serious risk of, or who have been the victims of, systematic or generalised violations of their human rights;
- (d) 'mass influx' means arrival in the Community of a large number of displaced persons, who come from a specific country or geographical area, whether their arrival in the Community was spontaneous or aided, for example through an evacuation programme;
- (e) 'refugees' means third-country nationals or stateless persons within the meaning of Article 1A of the Geneva Convention;

- (f) 'unaccompanied minors' means third-country nationals or stateless persons below the age of eighteen, who arrive on the territory of the Member States unaccompanied by an adult responsible for them whether by law or custom, and for as long as they are not effectively taken into the care of such a person, or minors who are left unaccompanied after they have entered the territory of the Member States;
- (g) 'residence permit' means any permit or authorisation issued by the authorities of a Member State and taking the form provided for in that State's legislation, allowing a third country national or a stateless person to reside on its territory;
- (h) 'sponsor' means a third-country national enjoying temporary protection in a Member State in accordance with a decision taken under Article 5 and who wants to be joined by members of his or her family.

Article 3

1. Temporary protection shall not prejudice recognition of refugee status under the Geneva Convention.
2. Member States shall apply temporary protection with due respect for human rights and fundamental freedoms and their obligations regarding non-refoulement.
3. The establishment, implementation and termination of temporary protection shall be the subject of regular consultations with the Office of the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) and other relevant international organisations.
4. This Directive shall not apply to persons who have been accepted under temporary protection schemes prior to its entry into force.
5. This Directive shall not affect the prerogative of the Member States to adopt or retain more favourable conditions for persons covered by temporary protection.

CHAPTER II

Duration and implementation of temporary protection

Article 4

1. Without prejudice to Article 6, the duration of temporary protection shall be one year. Unless terminated under the terms of Article 6(1)(b), it may be extended automatically by six monthly periods for a maximum of one year.
2. Where reasons for temporary protection persist, the Council may decide by qualified majority, on a proposal from the Commission, which shall also examine any request by a Member State that it submit a proposal to the Council, to extend that temporary protection by up to one year.

Article 5

1. The existence of a mass influx of displaced persons shall be established by a Council Decision adopted by a qualified majority on a proposal from the Commission, which shall also examine any request by a Member State that it submit a proposal to the Council.

2. The Commission proposal shall include at least:

- (a) a description of the specific groups of persons to whom the temporary protection will apply;
- (b) the date on which the temporary protection will take effect;
- (c) an estimation of the scale of the movements of displaced persons.

3. The Council Decision shall have the effect of introducing temporary protection for the displaced persons to which it refers, in all the Member States, in accordance with the provisions of this Directive. The Decision shall include at least:

- (a) a description of the specific groups of persons to whom the temporary protection applies;
- (b) the date on which the temporary protection will take effect;
- (c) information received from Member States on their reception capacity;
- (d) information from the Commission, UNHCR and other relevant international organisations.

4. The Council Decision shall be based on:

- (a) an examination of the situation and the scale of the movements of displaced persons;
- (b) an assessment of the advisability of establishing temporary protection, taking into account the potential for emergency aid and action on the ground or the inadequacy of such measures;
- (c) information received from the Member States, the Commission, UNHCR and other relevant international organisations.

5. The European Parliament shall be informed of the Council Decision.

Article 6

1. Temporary protection shall come to an end:

- (a) when the maximum duration has been reached; or
- (b) at any time, by Council Decision adopted by a qualified majority on a proposal from the Commission, which shall also examine any request by a Member State that it submit a proposal to the Council.

2. The Council Decision shall be based on the establishment of the fact that the situation in the country of origin is such as to permit the safe and durable return of those granted tempo-

rary protection with due respect for human rights and fundamental freedoms and Member States' obligations regarding non-refoulement. The European Parliament shall be informed of the Council Decision.

Article 7

1. Member States may extend temporary protection as provided for in this Directive to additional categories of displaced persons over and above those to whom the Council Decision provided for in Article 5 applies, where they are displaced for the same reasons and from the same country or region of origin. They shall notify the Council and the Commission immediately.

2. The provisions of Articles 24, 25 and 26 shall not apply to the use of the possibility referred to in paragraph 1, with the exception of the structural support included in the European Refugee Fund set up by Decision 2000/596/EC ⁽¹⁾, under the conditions laid down in that Decision.

CHAPTER III

Obligations of the Member States towards persons enjoying temporary protection*Article 8*

1. The Member States shall adopt the necessary measures to provide persons enjoying temporary protection with residence permits for the entire duration of the protection. Documents or other equivalent evidence shall be issued for that purpose.

2. Whatever the period of validity of the residence permits referred to in paragraph 1, the treatment granted by the Member States to persons enjoying temporary protection may not be less favourable than that set out in Articles 9 to 16.

3. The Member States shall, if necessary, provide persons to be admitted to their territory for the purposes of temporary protection with every facility for obtaining the necessary visas, including transit visas. Formalities must be reduced to a minimum because of the urgency of the situation. Visas should be free of charge or their cost reduced to a minimum.

Article 9

The Member States shall provide persons enjoying temporary protection with a document, in a language likely to be understood by them, in which the provisions relating to temporary protection and which are relevant to them are clearly set out.

Article 10

To enable the effective application of the Council Decision referred to in Article 5, Member States shall register the personal data referred to in Annex II, point (a), with respect to the persons enjoying temporary protection on their territory.

⁽¹⁾ OJ L 252, 6.10.2000, p. 12.

Article 11

A Member State shall take back a person enjoying temporary protection on its territory, if the said person remains on, or, seeks to enter without authorisation onto, the territory of another Member State during the period covered by the Council Decision referred to in Article 5. Member States may, on the basis of a bilateral agreement, decide that this Article should not apply.

Article 12

The Member States shall authorise, for a period not exceeding that of temporary protection, persons enjoying temporary protection to engage in employed or self-employed activities, subject to rules applicable to the profession, as well as in activities such as educational opportunities for adults, vocational training and practical workplace experience. For reasons of labour market policies, Member States may give priority to EU citizens and citizens of States bound by the Agreement on the European Economic Area and also to legally resident third-country nationals who receive unemployment benefit. The general law in force in the Member States applicable to remuneration, access to social security systems relating to employed or self-employed activities and other conditions of employment shall apply.

Article 13

1. The Member States shall ensure that persons enjoying temporary protection have access to suitable accommodation or, if necessary, receive the means to obtain housing.

2. The Member States shall make provision for persons enjoying temporary protection to receive necessary assistance in terms of social welfare and means of subsistence, if they do not have sufficient resources, as well as for medical care. Without prejudice to paragraph 4, the assistance necessary for medical care shall include at least emergency care and essential treatment of illness.

3. Where persons enjoying temporary protection are engaged in employed or self-employed activities, account shall be taken, when fixing the proposed level of aid, of their ability to meet their own needs.

4. The Member States shall provide necessary medical or other assistance to persons enjoying temporary protection who have special needs, such as unaccompanied minors or persons who have undergone torture, rape or other serious forms of psychological, physical or sexual violence.

Article 14

1. The Member States shall grant to persons under 18 years of age enjoying temporary protection access to the education system under the same conditions as nationals of the host

Member State. The Member States may stipulate that such access must be confined to the state education system.

2. The Member States may allow adults enjoying temporary protection access to the general education system.

Article 15

1. For the purpose of this Article, in cases where families already existed in the country of origin and were separated due to circumstances surrounding the mass influx, the following persons shall be considered to be part of a family:

- (a) the spouse of the sponsor or his/her unmarried partner in a stable relationship, where the legislation or practice of the Member State concerned treats unmarried couples in a way comparable to married couples under its law relating to aliens; the minor unmarried children of the sponsor or of his/her spouse, without distinction as to whether they were born in or out of wedlock or adopted;
- (b) other close relatives who lived together as part of the family unit at the time of the events leading to the mass influx, and who were wholly or mainly dependent on the sponsor at the time.

2. In cases where the separate family members enjoy temporary protection in different Member States, Member States shall reunite family members where they are satisfied that the family members fall under the description of paragraph 1(a), taking into account the wish of the said family members. Member States may reunite family members where they are satisfied that the family members fall under the description of paragraph 1(b), taking into account on a case by case basis the extreme hardship they would face if the reunification did not take place.

3. Where the sponsor enjoys temporary protection in one Member State and one or some family members are not yet in a Member State, the Member State where the sponsor enjoys temporary protection shall reunite family members, who are in need of protection, with the sponsor in the case of family members where it is satisfied that they fall under the description of paragraph 1(a). The Member State may reunite family members, who are in need of protection, with the sponsor in the case of family members where it is satisfied that they fall under the description of paragraph 1(b), taking into account on a case by case basis the extreme hardship which they would face if the reunification did not take place.

4. When applying this Article, the Member States shall taken into consideration the best interests of the child.

5. The Member States concerned shall decide, taking account of Articles 25 and 26, in which Member State the reunification shall take place.

6. Reunited family members shall be granted residence permits under temporary protection. Documents or other equivalent evidence shall be issued for that purpose. Transfers of family members onto the territory of another Member State for the purposes of reunification under paragraph 2, shall result in the withdrawal of the residence permits issued, and the termination of the obligations towards the persons concerned relating to temporary protection, in the Member State of departure.

7. The practical implementation of this Article may involve cooperation with the international organisations concerned.

8. A Member State shall, at the request of another Member State, provide information, as set out in Annex II, on a person receiving temporary protection which is needed to process a matter under this Article.

Article 16

1. The Member States shall as soon as possible take measures to ensure the necessary representation of unaccompanied minors enjoying temporary protection by legal guardianship, or, where necessary, representation by an organisation which is responsible for the care and well-being of minors, or by any other appropriate representation.

2. During the period of temporary protection Member States shall provide for unaccompanied minors to be placed:

- (a) with adult relatives;
- (b) with a foster-family;
- (c) in reception centres with special provisions for minors, or in other accommodation suitable for minors;
- (d) with the person who looked after the child when fleeing.

The Member States shall take the necessary steps to enable the placement. Agreement by the adult person or persons concerned shall be established by the Member States. The views of the child shall be taken into account in accordance with the age and maturity of the child.

CHAPTER IV

Access to the asylum procedure in the context of temporary protection

Article 17

1. Persons enjoying temporary protection must be able to lodge an application for asylum at any time.

2. The examination of any asylum application not processed before the end of the period of temporary protection shall be completed after the end of that period.

Article 18

The criteria and mechanisms for deciding which Member State is responsible for considering an asylum application shall apply. In particular, the Member State responsible for examining an asylum application submitted by a person enjoying temporary protection pursuant to this Directive, shall be the Member State which has accepted his transfer onto its territory.

Article 19

1. The Member States may provide that temporary protection may not be enjoyed concurrently with the status of asylum seeker while applications are under consideration.

2. Where, after an asylum application has been examined, refugee status or, where applicable, other kind of protection is not granted to a person eligible for or enjoying temporary protection, the Member States shall, without prejudice to Article 28, provide for that person to enjoy or to continue to enjoy temporary protection for the remainder of the period of protection.

CHAPTER V

Return and measures after temporary protection has ended

Article 20

When the temporary protection ends, the general laws on protection and on aliens in the Member States shall apply, without prejudice to Articles 21, 22 and 23.

Article 21

1. The Member States shall take the measures necessary to make possible the voluntary return of persons enjoying temporary protection or whose temporary protection has ended. The Member States shall ensure that the provisions governing voluntary return of persons enjoying temporary protection facilitate their return with respect for human dignity.

The Member State shall ensure that the decision of those persons to return is taken in full knowledge of the facts. The Member States may provide for exploratory visits.

2. For such time as the temporary protection has not ended, the Member States shall, on the basis of the circumstances prevailing in the country of origin, give favourable consideration to requests for return to the host Member State from persons who have enjoyed temporary protection and exercised their right to a voluntary return.

3. At the end of the temporary protection, the Member States may provide for the obligations laid down in CHAPTER III to be extended individually to persons who have been covered by temporary protection and are benefiting from a voluntary return programme. The extension shall have effect until the date of return.

Article 22

1. The Member States shall take the measures necessary to ensure that the enforced return of persons whose temporary protection has ended and who are not eligible for admission is conducted with due respect for human dignity.

2. In cases of enforced return, Member States shall consider any compelling humanitarian reasons which may make return impossible or unreasonable in specific cases.

Article 23

1. The Member States shall take the necessary measures concerning the conditions of residence of persons who have enjoyed temporary protection and who cannot, in view of their state of health, reasonably be expected to travel; where for example they would suffer serious negative effects if their treatment was interrupted. They shall not be expelled so long as that situation continues.

2. The Member States may allow families whose children are minors and attend school in a Member State to benefit from residence conditions allowing the children concerned to complete the current school period.

CHAPTER VI

Solidarity

Article 24

The measures provided for in this Directive shall benefit from the European Refugee Fund set up by Decision 2000/596/EC, under the terms laid down in that Decision.

Article 25

1. The Member States shall receive persons who are eligible for temporary protection in a spirit of Community solidarity. They shall indicate – in figures or in general terms – their capacity to receive such persons. This information shall be set out in the Council Decision referred to in Article 5. After that Decision has been adopted, the Member States may indicate additional reception capacity by notifying the Council and the Commission. This information shall be passed on swiftly to UNHCR.

2. The Member States concerned, acting in cooperation with the competent international organisations, shall ensure that the eligible persons defined in the Council Decision referred to in

Article 5, who have not yet arrived in the Community have expressed their will to be received onto their territory.

3. When the number of those who are eligible for temporary protection following a sudden and massive influx exceeds the reception capacity referred to in paragraph 1, the Council shall, as a matter of urgency, examine the situation and take appropriate action, including recommending additional support for Member States affected.

Article 26

1. For the duration of the temporary protection, the Member States shall cooperate with each other with regard to transferral of the residence of persons enjoying temporary protection from one Member State to another, subject to the consent of the persons concerned to such transferral.

2. A Member State shall communicate requests for transfers to the other Member States and notify the Commission and UNHCR. The Member States shall inform the requesting Member State of their capacity for receiving transferees.

3. A Member State shall, at the request of another Member State, provide information, as set out in Annex II, on a person enjoying temporary protection which is needed to process a matter under this Article.

4. Where a transfer is made from one Member State to another, the residence permit in the Member State of departure shall expire and the obligations towards the persons concerned relating to temporary protection in the Member State of departure shall come to an end. The new host Member State shall grant temporary protection to the persons concerned.

5. The Member States shall use the model pass set out in Annex I for transfers between Member States of persons enjoying temporary protection.

CHAPTER VII

Administrative cooperation

Article 27

1. For the purposes of the administrative cooperation required to implement temporary protection, the Member States shall each appoint a national contact point, whose address they shall communicate to each other and to the Commission. The Member States shall, in liaison with the Commission, take all the appropriate measures to establish direct cooperation and an exchange of information between the competent authorities.

2. The Member States shall, regularly and as quickly as possible, communicate data concerning the number of persons enjoying temporary protection and full information on the national laws, regulations and administrative provisions relating to the implementation of temporary protection.

CHAPTER VIII

Special provisions*Article 28*

1. The Member States may exclude a person from temporary protection if:

- (a) there are serious reasons for considering that:
 - (i) he or she has committed a crime against peace, a war crime, or a crime against humanity, as defined in the international instruments drawn up to make provision in respect of such crimes;
 - (ii) he or she has committed a serious non-political crime outside the Member State of reception prior to his or her admission to that Member State as a person enjoying temporary protection. The severity of the expected persecution is to be weighed against the nature of the criminal offence of which the person concerned is suspected. Particularly cruel actions, even if committed with an allegedly political objective, may be classified as serious non-political crimes. This applies both to the participants in the crime and to its instigators;
 - (iii) he or she has been guilty of acts contrary to the purposes and principles of the United Nations;
- (b) there are reasonable grounds for regarding him or her as a danger to the security of the host Member State or, having been convicted by a final judgment of a particularly serious crime, he or she is a danger to the community of the host Member State.

2. The grounds for exclusion referred to in paragraph 1 shall be based solely on the personal conduct of the person concerned. Exclusion decisions or measures shall be based on the principle of proportionality.

CHAPTER IX

Final provisions*Article 29*

Persons who have been excluded from the benefit of temporary protection or family reunification by a Member State shall be entitled to mount a legal challenge in the Member State concerned.

Article 30

The Member States shall lay down the rules on penalties applicable to infringements of the national provisions adopted pursuant to this Directive and shall take all measures necessary to ensure that they are implemented. The penalties provided for must be effective, proportionate and dissuasive.

Article 31

1. Not later than two years after the date specified in Article 32, the Commission shall report to the European Parliament and the Council on the application of this Directive in the Member States and shall propose any amendments that are necessary. The Member States shall send the Commission all the information that is appropriate for drawing up this report.

2. After presenting the report referred to at paragraph 1, the Commission shall report to the European Parliament and the Council on the application of this Directive in the Member States at least every five years.

Article 32

1. The Member States shall bring into force the laws, regulations and administrative provisions necessary to comply with this Directive by 31 December 2002 at the latest. They shall forthwith inform the Commission thereof.

2. When the Member States adopt these measures, they shall contain a reference to this Directive or shall be accompanied by such reference on the occasion of their official publication. The methods of making such a reference shall be laid down by the Member States.

Article 33

This Directive shall enter into force on the day of its publication in the *Official Journal of the European Communities*.

Article 34

This Directive is addressed to the Member States in accordance with the Treaty establishing the European Community.

Done at Brussels, 20 July 2001.

For the Council

The President

J. VANDE LANOTTE

ANNEX I

Model pass for the transfer of persons enjoying temporary protection**PASS**

Name of the Member State delivering the pass:

Reference number (*):

Issued under Article 26 of Directive 2001/55/EC of 20 July 2001 on minimum standards for giving temporary protection in the event of a mass influx of displaced persons and on measures promoting a balance of effort between Member States in receiving such persons and bearing the consequences thereof.

Valid only for the transfer from (1) to (2).

The person in question must present himself/herself at (3) by (4).

Issued at:

SURNAME:

FORENAMES:

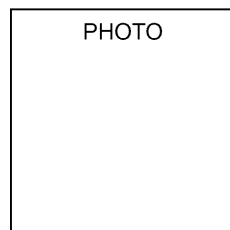
PLACE AND DATE OF BIRTH:

In case of a minor, name(s) of responsible adult:

SEX:

NATIONALITY:

Date issued:



SEAL

Signature of the beneficiary: For the competent authorities:

The pass-holder has been identified by the authorities (5) (6)

The identity of the pass-holder has not been established

This document is issued pursuant to Article 26 of Directive 2001/55/EC only and in no way constitutes a document which can be equated to a travel document authorising the crossing of the external border or a document proving the individual's identity.

(*) The reference number is allocated by the country from which the transfer to another Member State is made.

(1) Member State from which the transfer is being made.

(2) Member State to which the transfer is being made.

(3) Place where the person must present himself/herself on arrival in the second Member State.

(4) Deadline by which the person must present himself/herself on arrival in the second Member State.

(5) On the basis of the following travel or identity documents, presented to the authorities.

(6) On the basis of documents other than a travel or identity document.

ANNEX II

The information referred to in Articles 10, 15 and 26 of the Directive includes to the extent necessary one or more of the following documents or data:

- (a) personal data on the person concerned (name, nationality, date and place of birth, marital status, family relationship);
- (b) identity documents and travel documents of the person concerned;
- (c) documents concerning evidence of family ties (marriage certificate, birth certificate, certificate of adoption);
- (d) other information essential to establish the person's identity or family relationship;
- (e) residence permits, visas or residence permit refusal decisions issued to the person concerned by the Member State, and documents forming the basis of decisions;
- (f) residence permit and visa applications lodged by the person concerned and pending in the Member State, and the stage reached in the processing of these.

The providing Member State shall notify any corrected information to the requesting Member State.

Директива Ради 2001/55/EC від 20 липня 2001 року про мінімальні стандарти надання тимчасового захисту у разі масового напливу переміщених осіб та про заходи, що сприяють балансу зусиль між державами-членами під час приймання таких осіб і несення пов'язаних із цим наслідків

Документ	Council Directive 2001/55/EC of 20 July 2001 (temporary protection in the event of a mass influx of displaced persons)
Номер	2001/55/EC
Дата	2001-07-20
Орган	Council of the European Union
Мова перекладу	Переклад українською

РАДА ЄВРОПЕЙСЬКОГО СОЮЗУ,

беручи до уваги Договір про заснування Європейського співтовариства, і зокрема пункт 2(a) і (b) статті 63,

беручи до уваги пропозицію Комісії,

беручи до уваги висновок Європейського парламенту,

беручи до уваги висновок Економічного і соціального комітету,

беручи до уваги висновок Комітету регіонів,

враховуючи таке:

Преамбула

(1) Розроблення спільної політики у сфері притулку, включно зі спільними європейськими механізмами надання притулку, є складовою частиною мети Європейського Союзу щодо поступового створення простору свободи, безпеки та правосуддя, відкритого для тих, хто, будучи змушений обставинами, на законних підставах шукає захисту в Європейському Союзі.

(2) Випадки масового напливу переміщених осіб, які не можуть повернутися до своєї країни походження, стали останніми роками масштабнішими в Європі. У таких випадках може бути необхідно створити виняткові механізми для надання їм негайного тимчасового захисту.

(3) У висновках про осіб, переміщених унаслідок конфлікту в колишній Югославії, ухвалених міністрами, відповідальними за імміграцію, на їхніх зустрічах у Лондоні 30 листопада і 1 грудня 1992 року та в Копенгагені 1 і 2 червня 1993 року,

держави-члени та інституції Співтовариства висловили занепокоєння становищем переміщених осіб.

(4) 25 вересня 1995 року Рада ухвалила Резолюцію про розподіл тягаря щодо приймання та проживання переміщених осіб на тимчасовій основі, а 4 березня 1996 року ухвалила Рішення 96/198/JHA про процедуру оповіщення та надзвичайного реагування для розподілу тягаря щодо приймання та проживання переміщених осіб на тимчасовій основі.

(5) План дій Ради і Комісії від 3 грудня 1998 року передбачає швидке ухвалення відповідно до Амстердамського договору мінімальних стандартів надання тимчасового захисту переміщеним особам з третіх країн, які не можуть повернутися до своєї країни походження, та заходів, що сприяють балансу зусиль між державами-членами під час приймання й несення наслідків приймання переміщених осіб.

(6) 27 травня 1999 року Рада ухвалила висновки про осіб, переміщених з Косова. Ці висновки закликають Комісію та держави-члени врахувати уроки їхнього реагування на кризу в Косові, щоб установити заходи відповідно до Договору.

(7) Європейська рада на своєму спеціальному засіданні в Тампере 15 і 16 жовтня 1999 року визнала необхідність досягнення згоди з питання тимчасового захисту переміщених осіб на основі солідарності між державами-членами.

(8) Тому необхідно встановити мінімальні стандарти надання тимчасового захисту у разі масового напливу переміщених осіб та вжити заходів для сприяння балансу зусиль між державами-членами під час приймання й несення наслідків приймання таких осіб.

(9) Ці стандарти й заходи пов'язані та взаємозалежні з міркувань ефективності, узгодженості та солідарності, зокрема для запобігання ризику вторинних переміщень. Тому вони мають бути ухвалені в єдиному правовому акті.

(10) Такий тимчасовий захист має бути сумісним із міжнародними зобов'язаннями держав-членів щодо біженців. Зокрема, він не повинен передрішати визнання статусу біженця згідно з Женевською конвенцією від 28 липня 1951 року про статус біженців, зміненою Нью-Йоркським протоколом від 31 січня 1967 року, ратифікованим усіма державами-членами.

(11) Мандат Верховного комісара ООН у справах біженців щодо біженців та інших осіб, які потребують міжнародного захисту, має поважатися, і має бути реалізована Декларація № 17, додана до Заключного акту Амстердамського договору, щодо статті 63 Договору про заснування Європейського співтовариства, яка передбачає проведення консультацій з Верховним комісаром ООН у справах біженців.

(12) Держави-члени мають право запроваджувати або зберігати більш сприятливі положення для осіб, які користуються тимчасовим захистом у разі масового напливу переміщених осіб.

(13) З огляду на винятковий характер положень, установлених цією Директивою для врегулювання масового напливу або неминучого масового напливу переміщених осіб з третіх країн, які не можуть повернутися до своєї країни походження, наданий захист має бути обмеженим у часі.

(14) Наявність масового напливу переміщених осіб має встановлюватися Рішенням Ради, яке має бути обов'язковим у всіх державах-членах щодо переміщених осіб, до яких застосовується Рішення. Мають бути також установлені умови припинення дії Рішення.

(15) Мають бути визначені обов'язки держав-членів щодо умов приймання та проживання осіб, які користуються тимчасовим захистом у разі масового напливу переміщених осіб. Ці обов'язки мають бути справедливими та забезпечувати належний рівень захисту для відповідних осіб.

(16) Щодо поводження з особами, які користуються тимчасовим захистом згідно з цією Директивою, держави-члени пов'язані зобов'язаннями за міжнародно-правовими документами, учасниками яких вони є і які забороняють дискримінацію.

(17) Держави-члени мають, узгоджено з Комісією, забезпечити вжиття належних заходів, щоб обробка персональних даних відповідала стандарту захисту Директиви 95/46/ЕС Європейського парламенту і Ради від 24 жовтня 1995 року про захист фізичних осіб щодо обробки персональних даних та про вільне переміщення таких даних.

(18) Мають бути встановлені правила, що регулюють доступ до процедури надання притулку в контексті тимчасового захисту у разі масового напливу переміщених осіб, відповідно до міжнародних зобов'язань держав-членів і з Договором.

(19) Мають бути передбачені принципи та заходи, що регулюють повернення до країни походження, і заходи, яких вживають держави-члени щодо осіб, чий тимчасовий захист припинився.

(20) Має бути передбачений механізм солідарності, покликаний сприяти досягненню балансу зусиль між державами-членами під час приймання й несення наслідків приймання переміщених осіб у разі масового напливу. Механізм має складатися з двох компонентів. Перший — фінансовий, другий стосується фактичного приймання осіб у державах-членах.

(21) Реалізація тимчасового захисту має супроводжуватися адміністративною співпрацею між державами-членами у взаємодії з Комісією.

(22) Необхідно визначити критерії виключення певних осіб із тимчасового захисту у разі масового напливу переміщених осіб.

(23) Оскільки цілі запропонованої дії не можуть бути достатньою мірою досягнуті державами-членами і, отже, з огляду на масштаб чи наслідки запропонованої дії можуть бути краще досягнуті на рівні Співтовариства, Співтовариство може вживати

заходів відповідно до принципу субсидіарності, викладеного у статті 5 Договору. Відповідно до принципу пропорційності, викладеного в цій статті, ця Директива не виходить за межі того, що необхідно для досягнення цих цілей.

(24) Відповідно до статті 3 Протоколу про позицію Сполученого Королівства та Ірландії, доданого до Договору про Європейський Союз і до Договору про заснування Європейського співтовариства, Сполучене Королівство листом від 27 вересня 2000 року повідомило про своє бажання взяти участь в ухваленні та застосуванні цієї Директиви.

(25) Відповідно до статей 1 і 2 Протоколу про позицію Данії, доданого до зазначених Договорів, Данія не бере участі в ухваленні цієї Директиви, не пов'язана нею і не підпадає під її застосування.

УХВАЛИЛА ЦЮ ДИРЕКТИВУ:

ГЛАВА I. Загальні положення

Стаття 1

Мета цієї Директиви — встановити мінімальні стандарти надання тимчасового захисту у разі масового напливу переміщених осіб з третіх країн, які не можуть повернутися до своєї країни походження, і сприяти балансу зусиль між державами-членами під час приймання й несення наслідків приймання таких осіб.

Стаття 2

Для цілей цієї Директиви:

(а) «тимчасовий захист» означає процедуру виняткового характеру для надання у разі масового напливу або неминучого масового напливу переміщених осіб з третіх країн, які не можуть повернутися до своєї країни походження, негайного і тимчасового захисту таким особам, зокрема якщо існує також ризик того, що система притулку не зможе опрацювати цей наплив без несприятливих наслідків для її ефективної роботи, в інтересах відповідних осіб та інших осіб, які звертаються по захист;

(b) «Женевська конвенція» означає Конвенцію від 28 липня 1951 року про статус біженців, змінену Нью-Йоркським протоколом від 31 січня 1967 року;

(c) «переміщені особи» означає громадян третіх країн або осіб без громадянства, які були змушені залишити свою країну чи регіон походження або були евакуйовані, зокрема у відповідь на заклик міжнародних організацій, і не можуть безпечно та на сталій основі повернутися через ситуацію, що переважає в тій країні, і які можуть підпадати під дію статті 1А Женевської конвенції або інших міжнародних чи національних документів, що надають міжнародний захист, зокрема: (i) особи, які втекли із зон збройного конфлікту або повсюдного насильства; (ii) особи, які зазнають серйозного ризику систематичних чи масових порушень прав людини або стали їх жертвами;

- (d) «масовий наплив» означає прибуття до Співтовариства великої кількості переміщених осіб з конкретної країни чи географічного району, незалежно від того, чи було їх прибуття спонтанним або організованим, наприклад через програму евакуації;
- (e) «біженці» означає громадян третіх країн або осіб без громадянства у значенні статті 1А Женевської конвенції;
- (f) «несупроводжувані неповнолітні» означає громадян третіх країн або осіб без громадянства віком до вісімнадцяти років, які прибувають на територію держав-членів без супроводу відповідального за них за законом чи звичаєм дорослого, — доки вони фактично не передані під опіку такої особи, — або неповнолітніх, які залишилися без супроводу після в'їзду на територію держав-членів;
- (g) «посвідка на проживання» означає будь-який дозвіл, виданий органами держави-члена у формі, передбаченій законодавством цієї держави, що дозволяє громадянину третьої країни або особі без громадянства проживати на її території;
- (h) «спонсор» означає громадянина третьої країни, який користується тимчасовим захистом у державі-члені відповідно до рішення, ухваленого згідно зі статтею 5, і бажає возз'єднатися з членами своєї родини.

Стаття 3

1. Тимчасовий захист не передрішає визнання статусу біженця згідно з Женевською конвенцією.
2. Держави-члени застосовують тимчасовий захист з належною повагою до прав людини та основних свобод і до своїх зобов'язань щодо невислання (non-refoulement).
3. Запровадження, реалізація та припинення тимчасового захисту є предметом регулярних консультацій з Управлінням Верховного комісара ООН у справах біженців (УВКБ ООН) та іншими відповідними міжнародними організаціями.
4. Ця Директива не застосовується до осіб, прийнятих за схемами тимчасового захисту до набуття нею чинності.
5. Ця Директива не зачіпає прерогативу держав-членів ухвалювати або зберігати більш сприятливі умови для осіб, охоплених тимчасовим захистом.

ГЛАВА II. Строк і реалізація тимчасового захисту

Стаття 4

1. Без шкоди для статті 6 строк тимчасового захисту становить один рік. Якщо його не припинено на умовах статті 6(1)(b), він автоматично продовжується на шестимісячні періоди на максимальний строк в один рік.
2. Якщо підстави для тимчасового захисту зберігаються, Рада може кваліфікованою більшістю за пропозицією Комісії — яка також розглядає будь-який запит держави-члена про внесення пропозиції до Ради — продовжити цей тимчасовий захист на строк до

одного року.

Стаття 5

1. Наявність масового напливу переміщених осіб встановлюється Рішенням Ради, ухваленим кваліфікованою більшістю за пропозицією Комісії, яка також розглядає будь-який запит держави-члена.
2. Пропозиція Комісії включає щонайменше: (а) опис конкретних груп осіб, до яких застосовуватиметься тимчасовий захист; (b) дату набуття чинності; (c) оцінку масштабу переміщень.
3. Рішення Ради запроваджує тимчасовий захист для переміщених осіб, до яких воно стосується, в усіх державах-членах відповідно до положень цієї Директиви. Рішення включає щонайменше: (а) опис конкретних груп осіб; (b) дату набуття чинності; (c) інформацію від держав-членів про спроможність приймання; (d) інформацію від Комісії, УВКБ ООН та інших організацій.
4. Рішення Ради ґрунтується на: (а) вивченні ситуації та масштабу переміщень; (b) оцінці доцільності встановлення тимчасового захисту; (c) інформації від держав-членів, Комісії, УВКБ ООН та інших організацій.
5. Європейський парламент інформується про Рішення Ради.

Стаття 6

1. Тимчасовий захист припиняється: (а) після досягнення максимального строку; або (b) у будь-який час Рішенням Ради, ухваленим кваліфікованою більшістю за пропозицією Комісії.
2. Рішення Ради ґрунтується на встановленні факту, що ситуація в країні походження дозволяє безпечно і стале повернення осіб, які отримали тимчасовий захист, з належною повагою до прав людини та основних свобод і до зобов'язань держав-членів щодо невислання. Європейський парламент інформується про Рішення Ради.

Стаття 7

1. Держави-члени можуть поширити тимчасовий захист, передбачений цією Директивою, на додаткові категорії переміщених осіб понад тих, до яких застосовується Рішення Ради за статтею 5, якщо вони переміщені з тих самих причин і з тієї самої країни чи регіону походження. Вони негайно повідомляють Раду та Комісію.
2. Положення статей 24, 25 і 26 не застосовуються до використання можливості, зазначеної в параграфі 1, за винятком структурної підтримки в межах Європейського фонду для біженців, заснованого Рішенням 2000/596/EC, на умовах цього Рішення.

ГЛАВА III. Обов'язки держав-членів перед особами, які користуються тимчасовим захистом

Стаття 8

1. Держави-члени вживають необхідних заходів для надання особам, які користуються тимчасовим захистом, посвідок на проживання на весь строк захисту. Для цієї мети видаються документи або інші еквівалентні докази.
2. Незалежно від строку дії посвідок на проживання, поводження, яке надають держави-члени особам, які користуються тимчасовим захистом, не може бути менш сприятливим, ніж передбачено статтями 9–16.
3. Держави-члени за потреби надають особам, які підлягають прийманню для цілей тимчасового захисту, усі можливості для отримання необхідних віз, включно з транзитними. Формальності мають бути зведені до мінімуму з огляду на терміновість ситуації. Візи мають бути безкоштовними або їх вартість зведена до мінімуму.

Стаття 9

Держави-члени надають особам, які користуються тимчасовим захистом, документ мовою, яку вони, ймовірно, розуміють, у якому чітко викладені відповідні положення про тимчасовий захист.

Стаття 10

Для забезпечення ефективного застосування Рішення Ради, зазначеного у статті 5, держави-члени реєструють персональні дані, зазначені в пункті (а) Додатка II, щодо осіб, які користуються тимчасовим захистом на їхній території.

Стаття 11

Держава-член приймає назад особу, яка користується тимчасовим захистом на її території, якщо ця особа залишається на території іншої держави-члена або прагне в'їхати на неї без дозволу впродовж строку, охопленого Рішенням Ради за статтею 5. Держави-члени можуть на основі двосторонньої угоди вирішити, що ця стаття не застосовується.

Стаття 12

Держави-члени дозволяють особам, які користуються тимчасовим захистом, на строк, що не перевищує строку тимчасового захисту, займатися найманою або самостійною трудовою діяльністю з урахуванням правил, застосовних до професії, а також брати участь в освіті для дорослих, професійному навчанні та практичній підготовці на робочому місці. З міркувань політики ринку праці держави-члени можуть надавати пріоритет громадянам ЄС і держав, пов'язаних Угодою про Європейський економічний простір, а також законно проживаючим громадянам третіх країн, які отримують допомогу по безробіттю. Застосовується загальне чинне в державах-членах законодавство про оплату праці, доступ до систем соціального забезпечення та інші умови зайнятості.

Стаття 13

1. Держави-члени забезпечують особам, які користуються тимчасовим захистом, доступ до належного житла або, за потреби, надають засоби для його отримання.

2. Держави-члени передбачають, щоб особи, які користуються тимчасовим захистом, отримували необхідну допомогу у вигляді соціального забезпечення та засобів до існування, якщо в них недостатньо ресурсів, а також медичну допомогу. Без шкоди для параграфу 4, необхідна для медичної допомоги підтримка включає щонайменше екстрену допомогу та базове лікування хвороб.

3. Якщо особи, які користуються тимчасовим захистом, зайняті найманою або самостійною трудовою діяльністю, під час визначення пропонованого рівня допомоги враховується їх спроможність задовольняти власні потреби.

4. Держави-члени надають необхідну медичну або іншу допомогу особам з особливими потребами, таким як несупроводжувані неповнолітні або особи, які зазнали катувань, зґвалтування чи інших серйозних форм психологічного, фізичного або сексуального насильства.

Стаття 14

1. Держави-члени надають особам молодше 18 років, які користуються тимчасовим захистом, доступ до системи освіти на тих самих умовах, що й громадянам приймаючої держави-члена. Держави-члени можуть установити, що такий доступ обмежується державною системою освіти.

2. Держави-члени можуть дозволити дорослим, які користуються тимчасовим захистом, доступ до загальної системи освіти.

Стаття 15

1. Для цілей цієї статті у випадках, коли родини вже існували в країні походження та були розділені внаслідок обставин масового напливу, частиною родини вважаються: (а) чоловік/дружина спонсора або його/її партнер, який не перебуває у шлюбі, у сталих стосунках, якщо законодавство чи практика відповідної держави-члена розглядає пари, що не перебувають у шлюбі, порівнянно з подружніми; неповнолітні діти спонсора або його/її чоловіка/дружини, які не перебувають у шлюбі, народжені у шлюбі, поза шлюбом або усиновлені; (б) інші близькі родичі, які проживали разом як частина родини під час подій, що призвели до масового напливу, і повністю або переважно перебували на утриманні спонсора.

2. Якщо розділені члени родини користуються тимчасовим захистом у різних державах-членах, держави-члени возз'єднують членів родини, які підпадають під опис параграфу 1(а), з урахуванням їх бажання. Держави-члени можуть возз'єднати членів родини, які підпадають під параграф 1(б), враховуючи в кожному випадку надзвичайні труднощі за відсутності возз'єднання.

3. Якщо спонсор користується тимчасовим захистом в одній державі-члені, а один або кілька членів родини ще не в державі-члені, держава-член, де спонсор користується захистом, возз'єднує з ним членів родини, які потребують захисту і підпадають під параграф 1(а); і може возз'єднати тих, хто підпадає під параграф 1(б).

4. Застосовуючи цю статтю, держави-члени враховують найкращі інтереси дитини.
5. Відповідні держави-члени вирішують, з урахуванням статей 25 і 26, у якій державі-члені відбудеться возз'єднання.
6. Возз'єднаним членам родини надаються посвідки на проживання в межах тимчасового захисту. Переведення членів родини на територію іншої держави-члена з метою возз'єднання за параграфом 2 спричиняє відкликання виданих посвідок і припинення зобов'язань у державі виїзду.
7. Практична реалізація цієї статті може передбачати співпрацю з відповідними міжнародними організаціями.
8. Держава-член на запит іншої держави-члена надає інформацію, зазначену в Додатку II, необхідну для розгляду питання за цією статтею.

Стаття 16

1. Держави-члени якнайшвидше вживають заходів для забезпечення необхідного представництва несупроводжуваних неповнолітніх, які користуються тимчасовим захистом, через законну опіку або, за потреби, через організацію, відповідальну за догляд і благополуччя неповнолітніх, або через інше належне представництво.
2. У період тимчасового захисту держави-члени забезпечують розміщення несупроводжуваних неповнолітніх: (а) з дорослими родичами; (б) у прийомній родині; (с) у центрах приймання зі спеціальними умовами для неповнолітніх або в іншому придатному житлі; (d) з особою, яка піклувалася про дитину під час втечі. Держави-члени вживають необхідних заходів для забезпечення розміщення. Думка дитини враховується відповідно до її віку та зрілості.

ГЛАВА IV. Доступ до процедури надання притулку в контексті тимчасового захисту

Стаття 17

1. Особи, які користуються тимчасовим захистом, повинні мати змогу подати клопотання про надання притулку в будь-який час.
2. Розгляд будь-якого клопотання про притулок, не завершеного до закінчення строку тимчасового захисту, завершується після закінчення цього строку.

Стаття 18

Застосовуються критерії та механізми визначення того, яка держава-член відповідальна за розгляд клопотання про притулок. Зокрема, державою-членом, відповідальною за розгляд клопотання, поданого особою, яка користується тимчасовим захистом згідно з цією Директивою, є держава-член, яка прийняла її переведення на свою територію.

Стаття 19

1. Держави-члени можуть передбачити, що тимчасовий захист не може використовуватися одночасно зі статусом шукача притулку під час розгляду клопотань.
2. Якщо після розгляду клопотання статус біженця або, за потреби, інший захист не надано особі, яка має право на тимчасовий захист або користується ним, держави-члени, без шкоди для статті 28, передбачають, щоб така особа користувалася або продовжувала користуватися тимчасовим захистом упродовж решти строку захисту.

ГЛАВА V. Повернення та заходи після припинення тимчасового захисту

Стаття 20

Після закінчення тимчасового захисту застосовується загальне законодавство про захист та про іноземців у державах-членах, без шкоди для статей 21, 22 і 23.

Стаття 21

1. Держави-члени вживають заходів для забезпечення можливості добровільного повернення осіб, які користуються тимчасовим захистом або чий захист припинився. Держави-члени забезпечують, щоб положення про добровільне повернення полегшували його з повагою до людської гідності, і щоб рішення про повернення ухвалювалося за повного знання фактів. Держави-члени можуть передбачити ознайомчі поїздки.
2. Поки тимчасовий захист не припинився, держави-члени, виходячи з обставин у країні походження, прихильно розглядають прохання про повернення до приймаючої держави-члена від осіб, які користувалися тимчасовим захистом і здійснили право на добровільне повернення.
3. Після закінчення тимчасового захисту держави-члени можуть передбачити індивідуальне продовження обов'язків за Главою III для осіб, охоплених тимчасовим захистом і які беруть участь у програмі добровільного повернення, до дати повернення.

Стаття 22

1. Держави-члени вживають заходів для забезпечення того, щоб примусове повернення осіб, чий тимчасовий захист припинився і які не мають права на приймання, здійснювалося з належною повагою до людської гідності.
2. У випадках примусового повернення держави-члени враховують будь-які вагомі гуманітарні причини, які можуть зробити повернення неможливим або необґрунтованим у конкретних випадках.

Стаття 23

1. Держави-члени вживають необхідних заходів щодо умов проживання осіб, які користувалися тимчасовим захистом і які за станом здоров'я не можуть розумно здійснювати поїздки; наприклад, якщо переривання лікування завдасть серйозної шкоди. Вони не підлягають висланню, поки зберігається така ситуація.

2. Держави-члени можуть дозволити родинам, діти яких є неповнолітніми та відвідують школу в державі-члені, користуватися умовами проживання, що дозволяють відповідним дітям завершити поточний навчальний період.

ГЛАВА VI. Солідарність

Стаття 24

Заходи, передбачені цією Директивою, користуються підтримкою Європейського фонду для біженців, заснованого Рішенням 2000/596/EC, на умовах цього Рішення.

Стаття 25

1. Держави-члени приймають осіб, які мають право на тимчасовий захист, у дусі солідарності Співтовариства. Вони зазначають — у цифрах або в загальних рисах — свою спроможність приймати таких осіб. Ця інформація викладається в Рішенні Ради за статтею 5. Після ухвалення Рішення держави-члени можуть зазначити додаткову спроможність приймання, повідомивши Раду та Комісію. Ця інформація оперативно передається УВКБ ООН.

2. Відповідні держави-члени у співпраці з компетентними міжнародними організаціями забезпечують, щоб особи, визначені в Рішенні Ради за статтею 5, які ще не прибули до Співтовариства, висловили своє бажання бути прийнятими на їхню територію.

3. Якщо кількість осіб, які мають право на тимчасовий захист унаслідок раптового та масового напливу, перевищує спроможність приймання за параграфом 1, Рада в терміновому порядку розглядає ситуацію та вживає належних заходів, включно з рекомендацією додаткової підтримки для постраждалих держав-членів.

Стаття 26

1. Упродовж строку тимчасового захисту держави-члени співпрацюють одна з одною щодо переведення місця проживання осіб, які користуються тимчасовим захистом, з однієї держави-члена до іншої за згодою відповідних осіб.

2. Держава-член повідомляє запити про переведення іншим державам-членам і повідомляє Комісію та УВКБ ООН. Держави-члени інформують запитувачу державу-члена про свою спроможність прийняти переведених осіб.

3. Держава-член на запит іншої держави-члена надає інформацію, зазначену в Додатку II, необхідну для розгляду питання за цією статтею.

4. У разі переведення з однієї держави-члена до іншої посвідка на проживання в державі виїзду закінчується, а зобов'язання щодо тимчасового захисту в державі виїзду припиняються. Нова приймаюча держава-член надає тимчасовий захист відповідним особам.

5. Держави-члени використовують зразок перепустки, зазначений у Додатку I, для переведень осіб, які користуються тимчасовим захистом, між державами-членами.

ГЛАВА VII. Адміністративна співпраця

Стаття 27

1. Для цілей адміністративної співпраці, необхідної для реалізації тимчасового захисту, кожна держава-член призначає національний контактний пункт, адресу якого повідомляє іншим державам-членам і Комісії. Держави-члени у взаємодії з Комісією вживають усіх належних заходів для встановлення прямої співпраці та обміну інформацією між компетентними органами.

2. Держави-члени регулярно і якнайшвидше повідомляють дані про кількість осіб, які користуються тимчасовим захистом, і повну інформацію про національні закони, підзаконні акти та адміністративні положення щодо реалізації тимчасового захисту.

ГЛАВА VIII. Особливі положення

Стаття 28

1. Держави-члени можуть виключити особу з тимчасового захисту, якщо: (a) є серйозні підстави вважати, що: (i) вона вчинила злочин проти миру, воєнний злочин або злочин проти людяності, як їх визначено в міжнародних документах; (ii) вона вчинила серйозний неполітичний злочин за межами приймаючої держави-члена до допуску як особи, яка користується тимчасовим захистом; тяжкість очікуваного переслідування зіставляється з характером злочину; особливо жорстокі дії, навіть учинені з нібито політичною метою, можуть кваліфікуватися як серйозні неполітичні злочини; це стосується як виконавців, так і підбурювачів; (iii) вона винна у діях, що суперечать цілям і принципам ООН; (b) є розумні підстави вважати її небезпечною для безпеки приймаючої держави-члена або, будучи засудженою остаточним вироком за особливо тяжкий злочин, вона небезпечна для суспільства приймаючої держави-члена.

2. Підстави для виключення за параграфом 1 базуються виключно на особистій поведінці відповідної особи. Рішення або заходи щодо виключення ґрунтуються на принципі пропорційності.

ГЛАВА IX. Прикінцеві положення

Стаття 29

Особи, виключені державою-членом із користування тимчасовим захистом або з возз'єднання родини, мають право оскаржити це в судовому порядку у відповідній державі-члені.

Стаття 30

Держави-члени встановлюють правила про санкції, застосовні до порушень національних положень, ухвалених на виконання цієї Директиви, і вживають усіх необхідних заходів для їх застосування. Передбачені санкції мають бути ефективними, співмірними та стримувальними.

Стаття 31

1. Не пізніше ніж через два роки після дати, зазначеної у статті 32, Комісія звітує перед Європейським парламентом і Радою про застосування цієї Директиви в державах-членах і пропонує будь-які необхідні поправки. Держави-члени надсилають Комісії всю належну інформацію для підготовки цього звіту.

2. Після подання звіту за параграфом 1 Комісія звітує перед Європейським парламентом і Радою про застосування цієї Директиви не рідше одного разу на п'ять років.

Стаття 32

1. Держави-члени вводять у дію закони, підзаконні акти та адміністративні положення, необхідні для дотримання цієї Директиви, не пізніше 31 грудня 2002 року. Вони негайно інформують про це Комісію.

2. Ухвалюючи ці заходи, держави-члени включають до них посилання на цю Директиву або супроводжують їх таким посиланням під час офіційного опублікування. Способи такого посилання встановлюються державами-членами.

Стаття 33

Ця Директива набуває чинності в день її опублікування в «Офіційному віснику Європейських співтовариств».

Стаття 34

Ця Директива адресована державам-членам відповідно до Договору про заснування Європейського співтовариства.

Вчинено у Брюсселі 20 липня 2001 року. За Раду — Голова Й. ВАНДЕ ЛАНОТТЕ (J. VANDE LANOTTE).

ДОДАТОК I. Зразок перепустки

Додаток I до Директиви є стандартним зразком (бланком) перепустки, який держави-члени використовують відповідно до статті 26(5) під час переведення особи, яка користується тимчасовим захистом, з однієї держави-члена до іншої.

В «Офіційному віснику Європейських співтовариств» Додаток I опубліковано у вигляді графічної форми-бланка; окремого нормативного тексту, крім самого зразка, він не містить. Перепустка оформлюється державою-членом і супроводжує переведення особи; вона слугує для ідентифікації особи та підтвердження переведення між державами-членами. Ідентифікаційні дані, що вносяться до перепустки, відповідають переліку Додатка II.

ДОДАТОК II

Інформація, зазначена у статтях 10, 15 і 26 Директиви, включає в необхідному обсязі один або кілька з таких документів чи даних:

- (a) персональні дані відповідної особи (ім'я, громадянство, дата і місце народження, сімейний стан, сімейні зв'язки);
- (b) документи, що посвідчують особу, та проїзні документи відповідної особи;
- (c) документи, що підтверджують сімейні зв'язки (свідоцтво про шлюб, свідоцтво про народження, свідоцтво про усиновлення);
- (d) інша інформація, необхідна для встановлення особи або сімейних зв'язків особи;
- (e) посвідки на проживання, візи або рішення про відмову у видачі посвідки на проживання, видані відповідній особі державою-членом, і документи, що стали підставою для таких рішень;
- (f) заяви про посвідку на проживання та візові заяви, подані відповідною особою та які перебувають на розгляді в державі-члені, і стадія їх розгляду.

Держава-член, що надає інформацію, повідомляє запитуючу державу-члена про будь-яку скориговану інформацію.

Переклад підготовлено OKNO Agency · 2001/55/EC · Переклад українською · версія від 2026-07-21

Потрібна допомога з тимчасовим захистом або переходом на посвідку?

OKNO Agency — команда та офіс у Португалії.

Консультація зі спеціалістом — 150 €. Консультація з Андре Міхалевичем — 250 €.

→ [Записатися на консультацію](#)

→ [Відкрити довідник про тимчасовий захист](#)

→ [Поставити запитання в Telegram-боті](#)

QR — запис на консультацію:

